

*modos de vida e práticas do cotidiano  
em comunidades tradicionais do sertão roseano*

*Integrantes de equipes de pesquisa do  
Projeto OPARÁ, da Universidade  
Federal de Uberlândia e da  
Universidade Estadual de Montes  
Claros*

*Organizado por Carlos Rodrigues  
Brandão*



***Nesta versão “nas nuvens”  
este escrito, que foi antes um livro  
um capítulo de livro, um artigo  
ou um outro qualquer texto,  
pode ser acessado, lido e utilizado  
de forma livre, solidária e gratuita.  
Outros escritos meus  
podem ser acessados em  
[www.apartilhadavida.com.br](http://www.apartilhadavida.com.br)***

A um primeiro olhar, são poucas as diferenças entre as práticas do cotidiano nas comunidades dos sertões roseanos e outras comunidades tradicionais e populares semelhantes do Brasil. Também ali homens e mulheres dedicam-se com prioridade a uma agricultura de pequena escala, quase sempre aos cuidados de um grupo doméstico, seja ele proprietário, posseiro ou apenas usuário de uma porção de terra de lavoura. Uma agricultura de excedentes, em que apenas em casos mais extremos uma parte do que se colhe não é reservado ao mercado, após garantida (quando é possível) a fração devida ao sustento das famílias. Uma diferença poderia estar em que, mais do que em outras regiões do país, estamos aqui diante de comunidades em maioria cercadas e efetivamente aprisionadas entre as cercas de grandes propriedades empresariais. O simples fato de que os agricultores de povoações barranqueiras utilizem as vazantes das margens do rio e das ilhas como lugar hoje quase único de uma pequena agricultura de sobrevivência retrata bem uma condição que possivelmente só encontrará um paralelo em regiões do Nordeste, São Francisco rio-abaixo.

Também ali se complementa a dieta familiar e alguns produtos de troca e venda, com a coleta: a dos peixes do rio e as dos frutos e raízes do cerrado. Com uma diferença evidente. Em algumas comunidades de ilheiros e de barranqueiros, há casos em que a atividade da fração masculina do grupo doméstico é a pesca, sendo a agricultura sazonal secundária. Como a agricultura não é praticada intensamente durante todo o ano, e como a pesca é interdita em tempo anuais de defeso, durante a piracema, agricultores-pescadores ou pescadores-agricultores oscilam entre uma atividade prioritária e a outra. Há casos ao longo do São Francisco de pescadores profissionais. Sabemos já que eles são pescadores artesanais, com licença oficial para a atividade e quase sempre congregados em “colônias de pesca”. A eles é paga uma compensação do governo durante o período do defeso.

Também ali é prática comum e crescente que integrantes de grupos domésticos saiam da casa e da comunidade seja para a continuidade dos estudos de moças e rapazes, seja para a busca de “emprego fora”: temporário ou permanente. A aposentadoria dos mais velhos e o trabalho “fora” de alguns mais jovens ajudam na reprodução da pequena unidade camponesa doméstica não raro quase tanto quanto os ganhos com o trabalho produtivo dos adultos. Somemos a isto os ganhos de bolsas-família e outros proventos sociais do governo. Muito menos do que no vizinho Vale do Jequitinhonha, os ganhos pessoais ou familiares com a produção e venda de pequeno artesanato local são muito pequenos e em quase nada contam para os ingressos do grupo doméstico.

Em uma geografia do sertão roseano, temos procurado partir sempre de dentro do rio São Francisco em direção ao alto das chapadas. Podemos iniciar este tópico com a contribuição de Ana Paula Glinfskoi Thé. Na opinião de algumas pessoas de rio e beira-rio em nossas entrevistas, a pesca profissional e artesanal na bacia do rio São Francisco deveria estar aumentando, como uma alternativa conhecida, praticada e viável frente às dificuldades crescentes de “viver da lavoura” e diante da carência de postos de emprego fora “da roça”. No entanto, as condições naturais de “viver da pesca” estão sendo ano a ano bastante reduzidas.

De acordo com Ana Paula:

*O desenvolvimento histórico da pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco em Minas Gerais esteve diretamente relacionado às adaptações ecológicas e sociais a dois fenômenos de origem distinta: o primeiro é o fenômeno natural de “cheia” do rio, isto é, a variação do volume de água provocada pela diferença no índice de pluviometria entre as estações de cheia e seca (inverno e verão), característica desta região; o segundo, de natureza social, relacionado ao êxodo rural, da região nordeste do país para o sudeste, formado por um contingente de pessoas descendentes principalmente de escravos e mestiços de portugueses, negros e índios, em busca de novas oportunidades de trabalho e acessos a terra.*

*Assim, um modo de vida diretamente relacionado ao rio se consolidou nesta região, possibilitando um incremento na diversidade sócio-cultural, com costumes, mitos e uma economia local formada pela pesca artesanal. As enchentes, que sempre fizeram parte da história socioambiental da região para uma parte da população ribeirinha são consideradas desastre. No entanto, estas contribuíam com a valorização da pesca artesanal local por prover a recuperação dos estoques pesqueiros e para os pescadores, mesmo quando há perda de bens pessoais devido a enchente, a bonança da pesca artesanal nos anos após uma grande cheia é sempre marcante nos relatos orais, demonstrando a enorme conectividade entre humano-ambiente existente no modo de vida pesqueiro. A construção da primeira represa brasileira para controle de cheias e produção de energia, o reservatório de Três Marias, em meados do século passado, alterou toda a dinâmica do Rio São Francisco e de sua biota, assim como, dos modos de vida relacionados a estes. **ANA PAULA:***

Os pescadores artesanais participantes de nossa pesquisa não vivem em comunidades próprias e fora de cidades, como iremos encontrar outros sujeitos do sertão. Eles povoam periferias das margens do rio e vários deles são associados a colônias de pesca com reconhecimento governamental. Nossos entrevistados vivem em Buritizeiro e em Pirapora.

Uma mesma percepção de uma natureza degradada e, hoje, bastante menos aproveitável para o exercício da caça (proibida), da pesca (controlada), e da coleta de produtos vegetais do cerrado (idem, com menos restrições), assim como da agricultura familiar e da pequena pecuária, vale tanto para o que se passa na águas dos rios, nas lagoas e veredas, quanto nas outras terras de trabalho.

Ana Paula relaciona seis causas principais para a vertiginosa redução dos peixes no São Francisco<sup>1</sup>.

Elas são:

- a) A construção das represas, porque elas impedem a ocorrência das cheias necessárias para reprodução dos peixes e para o desenvolvimento dos alevinos nas lagoas marginais.
- b) O assoreamento do rio provocado pelo desmatamento das margens através da agricultura e da extração de carvão;
- c) A poluição do rio, provocada por esgoto doméstico e industrial.

*Barragem é responsável por desequilíbrio dos peixes no rio São Francisco. Nesta região é ruim de peixe no rio, têm que descer no rio, não têm qualidade de peixe que sobe a represa. Não adianta construir escada na represa (pescador de Três Marias, 2001).*

*Quando dá a chuva, a represa fecha para recuperar a água que vazou. Então, o São Francisco fica sempre sem água.*

---

<sup>1</sup> A diminuição dos estoques pesqueiros na bacia do Rio São Francisco é alarmante e tem sido objeto de vários estudos científicos. Apesar de não haver estatísticas pesqueiras para todo o vale do São Francisco, dois estudos realizados sobre a pesca do barco "Safra Aley" da colônia de pescadores Z-1 em Pirapora (MG), dão indícios de uma drástica queda de produtividade pesqueira na região. No primeiro estudo, realizado durante o ano de 1987 a média da CPUE<sup>1</sup> (medida que indica produtividade pesqueira por pescador) obtida foi de 11,7 kg (GODINHO et alii, 1997). No segundo estudo, realizado no ano de 1999 a média da CPUE mensal obtida foi de 3,1 kg, que representa 26% da CPUE obtida no ano de 1987 (GODINHO, 2000). Outras informações obtidas através da comparação entre os dois estudos, que apontam para a redução dos estoques pesqueiros, foram as diferenças entre os tamanhos dos peixes capturados e o aumento da distância de viagem do barco da colônia (89 km a jusante de Pirapora em 1987 e 150 a 200 km a jusante em 1999) (GODINHO, 2000). **ANA PAULA:**

*Quando a represa vai abrir porque superou a questão da água, já não tem mais chuva e o peixe vai sumindo. O erro na liberação da água, que enche à noite e vaza pela manhã, deixa o peixe doido e ele não anda. A pesca mudou porque não teve mais enchente para tirar os peixes do fundo da lagoa para vir para o rio. Na vazante geral, quando o rio abaixa, os peixes saem da lagoa e vêm para o rio. Agora também, com as "barras das lagoas", que os fazendeiros fazem para ter água para a irrigação, o peixe fica preso, mais escasso, porque não sai das lagoas. O fazendeiro cerca a água, não tem como o peixe navegar. A lagoa enche, os peixes chegam na barragem e não passam para o rio para desovar. Tem duas lagoas com barragem: uma na Palmeirinha e outra no Amargoso. (pescador de Pirapora, 2008).*

d) O barramento de lagoas marginais, realizadas por fazendeiros da região que exploram a água das lagoas para irrigação e pesca amadora. Apesar dos pescadores denunciarem esta prática há alguns anos, até hoje os órgãos estadual e federal responsáveis pela proteção dos recursos naturais (...) não conseguiram levantar quantas lagoas estão nestas condições no rio São Francisco.

*Os fazendeiros cercam a água, não tem como o peixe navegar. A lagoa enche, os peixes chegam na barragem e não passam o rio para desovar... (pescador de Pirapora, 2001).*

*Tem havido agressões por desmatamentos, as lagoas marginais, que são o berçário do rio, não recebem água porque as barragens impedem. As lagoas acabam criando peixe adulto que deixam de sair para o rio e repovoar o rio. Por isso, o peixe vem diminuindo no rio. Os fazendeiros drenam as lagoas para o plantio de arroz e acaba também com elas. As cidades ribeirinhas tão crescendo, os esgotos domésticos descem para o rio. As indústrias também estão jogando a poluição para dentro da água. (pescador de Januária, 2001).*

e) O aumento do número de pescadores, devido ao alto desemprego e à falta de alternativas de trabalho na região. A pesca passa ser uma alternativa na tentativa de garantir alguma renda para a família, mas a entrada de novos usuários dos recursos pesqueiros provoca o agravamento de conflitos e o aumento da prática de técnicas de pesca ilegais, como o tarrafão e arrastão, ou de práticas que, segundo os pescadores, modificam o ambiente para facilitar a pesca, provocando o desaparecimento dos *habitats* naturais dos peixes.

f) O aumento de demanda na pesca apontado pelos pescadores, relativo à pesca amadora e à dificuldade de se manter a pesca profissão e a amadora num mesmo ecossistema sem que haja conflitos entre os usuários.

*Aumentou demais o número de pescadores no rio, por causa de desemprego... tem muito pescador amador também...(pescador de Pirapora, 2008)*

*É o uso do tarrafão de arrastão que prejudica... é usada no desespero também porque caiu muito a pesca...(pescador de Buritizeiro, 2000)*

*Os pescadores limpam o rio todo, arrancaram os paus; aí o peixe chega e não acha lugar para apoitar, para descansar (pescador de Ibiaí, 2008).*

*Os pescadores de arrastão estão tirando os paus e as pedras dos rios...o lugar onde o peixe se acomoda...se você tira uma cadeira, o senhor não tem lugar pra acomodar, o senhor vai sentar no chão...o peixe é a mesma coisa, se tirar o pau, a pedra, que é o alojamento do peixe...se tira ele, ele (o peixe) não tem agasalho nenhum, ele vai ficar perambulando...cada vez, o peixe vai ficando mais difícil. O próprio pescador está acabando com ele mesmo, além de não ter enchente..." (pescador de Januária, 2000)*

g) O último aspecto apontado pelos pescadores como uma das causas da queda na produtividade pesqueira da região é de origem climática,

relativo à falta de chuvas e enchentes, compreendidas pelo conhecimento local como imprescindíveis para garantir a reposição dos estoques pesqueiros no rio. Segundo a percepção dos pescadores, a falta de grandes chuvas atrelada à dinâmica de funcionamento da barragem de Três Marias, que controla a vazão da água, tem colocado a prática artesanal profissional da pesca no rio São Francisco em risco e por extensão, a sobrevivência de toda uma comunidade ribeirinha dependente da pesca. **ANA PAULA:**

Em seu estudo Ana Paula enfoca não tanto a ecologia dos acontecimentos e mudanças de qualidade natural das águas e, por consequência, das alternativas de pesca tradicional no rio São Francisco. Ela se preocupa mais em compreender a percepção que os pescadores profissionais possuem a respeito do que está acontecendo, sobretudo após a construção das grandes barragens ao longo do rio. Em outros momentos a autora conclui que tal como o agricultor camponês, o pescador artesanal possui ao longo das gerações um saber de ofício em tudo complexo, integrado e suficiente para o exercício de suas atividades pesqueiras.

Na presente pesquisa, ela revela que o mesmo saber de pesca volta-se para uma compreensão igualmente sistêmica e – desde o ponto de vista de seus atores – suficiente para dar conta não só da crítica dos fatores sócio-políticos do deterioro das condições da pesca profissional em pequena escala, como das soluções julgadas viáveis. Mesmo antes da ampla polêmica iniciada a partir dos projetos governamentais de “transposição das águas do São Francisco” já os seus pescadores nativos identificam nas próprias políticas públicas e no evidente favorecimento das grandes empresas predatórias e poluidoras, as razões pelas quais a pesca direta, assim como tudo o que depende do equilíbrio hídrico e da qualidade das águas da Bacia do São Francisco, o rol de eventos que poderão em pouco tempo tornar inviável, ou pelo menos não sustentável, a atividade da pesca no São Francisco.

*Todo este conjunto de conhecimento, práticas e crenças acumulado pelos pescadores do Alto-Médio São Francisco vem questionar a manutenção do modelo de gestão dos recursos naturais no Brasil, centralizado nas mãos do Estado, com pouca ou nenhuma participação das comunidades locais nas tomadas de decisão, mas com integral participação destas como um dos grupos mais afetados (negativamente) pelas mudanças socioambientais ocorridas neste processo. A*

*diminuição da produção pesqueira nos últimos anos aponta um cenário futuro de possível extinção da atividade econômica da pesca artesanal na região, o que dificultará em muito a manutenção deste modo de vida e de sua cultura, incluso os conhecimentos tradicionais sobre o rio e os peixes relacionados a estes. Outra questão que permanece em aberto é a possibilidade de conservação de um ambiente e dos seus recursos naturais, como a Bacia do São Francisco, sem a permanência dos elementos sociais, culturais e econômicos da pesca artesanal. Espera-se que esta rápida reflexão sobre as “saudades da vazante geral” possuída pelos pescadores e ribeirinhos do São Francisco desperte em demais atores sociais, como acadêmicos, políticos, técnicos, agentes governamentais, industriais e outros grupos a necessidade novas decisões que busquem a sustentabilidade socioambiental deste rio e de seu povo. **ANA PAULA:***

*As unidades familiares foram desarticuladas, sem trabalho e terra para cultivar, os pequenos produtores se viram obrigados a sair de seu lugar de convívio e migrarem para outros espaços em busca de alternativas de emprego. Foi neste contexto, que encontramos no território das ilhas presentes no rio São Francisco município de Pirapora/MG, moradores que buscaram adequar-se a outro modo produzir em função da constante busca por um espaço de vivência. **ÂNGELA FÁGNA.***

*Nesta nova realidade os camponeses deste município passaram a viver em um pequeno pedaço de terra rodeado pelas águas, um lugar com características bastante diferenciadas das que estavam acostumados a viver nas grandes fazendas.*

*Estas ilhas são territórios peculiares, onde vivem pessoas que fazem do convívio, na simplicidade do cotidiano, um verdadeiro mosaico de cultura. São moradores que ocuparam terras que não consideram de sua propriedade, mas sim “do rio”. Constroem suas casas com a certeza de que mais cedo ou mais tarde podem ser tomadas e devastadas pelas águas. Estão sujeitos a perdas e reconquistas a cada ano de cheia do rio São Francisco.*

*As mudanças socioterritoriais impuseram novas práticas cotidianas a estes sujeitos que sempre carregam consigo modos de vida e laços culturais de um viver tipicamente rural.*



*A ocupação de um espaço por um grupo de pessoas envolve a construção e a transformação deste espaço para prover as necessidades de sustento, de moradia de manifestações diversas de fé, crenças e partilha, da sociabilidade e das culturas que essas pessoas carregam de seus lugares. Reproduzir seus modos de vida são características da coletividade humana. Este espaço humano construído e habitado se transforma em lugar, a partir das relações que vão se estabelecendo, entre as gentes, na construção de suas histórias.* (DE PAULA et. all 2007, p.16). **ÂNGELA FÀGNA.**

*Apesar de todas as mudanças advindas de um novo lugar de vivência, os moradores habitantes das ilhas procuram criar laços de afetividade com o seu lugar de acolhida, criando arranjos e estratégias de pertencimento nestes espaços. São as formas de convívios que fazem com que a maioria das famílias expropriadas busque estar apoiados em símbolos, visto que estes sujeitos convivem com a esperança de sobrevivência de um modo de vida em territórios até então desconhecidos por eles.*

*Na perspectiva de reprodução dos modos de vida e de afirmação enquanto lugar, Tuan (1983) denomina enquanto pausa e identidade. Ainda pode ser definindo como símbolo, vida, sonho, e trabalho todos mediatizados pelo sujeito, em suas mais variadas formas. Segundo o autor, lugar é onde se constrói a vida, uma fração do espaço onde os homens reconhecem a sua história, estabelecem suas relações, criam vínculos, laços de pertencimento e identidade.*

*Tuan (1983) acrescenta que um espaço só se transforma em lugar, a medida que adquire definição e significado, sendo a experiência uma das características fundamentais do lugar, pela qual as pessoas conhecem e constroem a realidade. Quanto mais se conhece um lugar, maior é o seu valor. O traço de afeição e identificação diz respeito à força do sentimento, do reconhecimento e da sensação de pertencimento nos lugares.* **ÂNGELA FÁGNA.**

Precisamos, contudo, considerar o contraditório, o movimento, os arranjos e as estratégias que estes moradores das ilhas criaram para permanecerem nestes novos lugares. Existem as incertezas e ansiedades por não morarem em um lugar fixo, de possuírem casas improvisadas e viverem em uma vigília constante de suas plantações,

sujeitas a qualquer momento de cheia do rio, serem levadas pelas águas.

Nesse sentido, os moradores que hoje vivem nas pequenas ilhas no rio São Francisco podem ser caracterizados como sujeitos camponeses, que criam no território vínculos de pertencimento e enraizamento através dos seus modos de vida e trabalho. A conceituação de camponês, como afirma Moura (1998), é aquele que junto com sua unidade familiar retira da terra todo o seu sustento. É um observador dos elementos naturais, água, terra, sol e chuva. Povo que partilha uma história de vida comum e seguem a mesma tradição, ou seja, vivem o mesmo tempo e dividem o mesmo espaço.

Nessa perspectiva, abordaremos os modos de vida do sujeito camponês, homens e mulheres que apropriam de uma parcela do espaço, criando e modificando tanto a sua vida, quanto de seu lugar de convívio, através do viver o/do rural. São pessoas que migraram para as ilhas na busca por manterem suas relações sociais específicas de um devir peculiar característico do campo, porém adaptados a novos ambientes e formas de produzir.

Neste sentido, o território das ilhas fluviais é para os seus moradores uma maneira de se auto-afirmarem enquanto construtores de formas próprias de produção. Em função das necessidades básicas de sobrevivência, os que vivem nas ilhas partilham saberes e estabelecem vínculos, com a intenção de se manterem enquanto viventes de um grupo e pertencentes a um espaço.

Podemos pensar a constituição do espaço geográfico das ilhas fluviais do São Francisco a partir dos ciclos da natureza. Mas como entender de que forma estes espaços quase imperceptíveis podem ser habitados e produtivos?

As ilhas são formadas e passam a ser espaços de moradia e produção material em função dos ciclos das águas. Estes territórios são ocupados e utilizados somente quando as estações climáticas são favoráveis. O movimento espacial acontece pelas observações da natureza. O limite territorial é ditado pelo movimento das águas, as fronteiras são estabelecidas pelas “cheias” e “secas” do rio. Esta mobilidade territorial delimita o uso do território de acordo como a natureza o forma. Assim, a cada ciclo das águas o espaço físico é re-configurado e cabe aos seus moradores adaptarem-se a ele.

A configuração socioespacial das ilhas fluviais do São Francisco permite uma variação na vida cotidiana de seus moradores em função do movimento das águas sendo, portanto, um território de fluidez, onde as ações acontecem em função da “mobilidade”. Conforme reflete Mascarenhas (2006, p.155) “como pensar, por exemplo, a presença simultânea da concentração e da dispersão, ou os territórios estáveis e a mobilidade, ou ainda a dualidade das culturas sem território”.

Estes territórios com extensão geográfica definida pelas inconstâncias da natureza se formam e se dissolvem, mas permanecem sendo referência na vida dos que vivem e dependem dele. As pessoas não consideram como essenciais à forma como este é constituído, mas sim de que forma poderá retirar dele a sua sobrevivência. As formas geográficas das ilhas mudam, mas a produção humana continua, com mais ou com menos espaço.

*[...] formar-se e dissolver-se, construir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido [...], ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 1995, p.87)*

O que caracteriza o espaço das ilhas fluviais é a sua instabilidade, as flutuações de usos ou a mobilidade das fronteiras. Isso porque são pequenas extensões de terras rodeadas pelas águas do rio São Francisco.

(...)

Outro fator importante é a forma de uso do território das ilhas. São as mesmas pessoas que as utilizam, o que muda é a característica da produção material. Por exemplo: “o tempo da seca” a ilha é um recurso e um abrigo, “no tempo da águas” é apenas recurso, quando o rio permite. Estes territórios podem aparecer e desaparecer de acordo com o tempo/espaço. São “territórios com uma temporalidade bem definida” (SOUZA, 1995, p.91), que se faz e desfaz ao longo dos ciclos naturais.

As pessoas que moram nestas ilhas, sabem conviver com a mutação de seus territórios, observam a natureza e sabem quando é chegada a hora de abandonar suas propriedades e partir para a “terra firme” em busca de abrigo, enquanto não é possível residir e trabalhar nas “terras do rio”.

Buscam moradia em outros espaços já que os seus territórios, em algumas épocas, perdem a função de abrigo.

As ilhas, para os seus moradores, remetem sempre ao lugar de moradia e de trabalho, porém, é preciso respeitar as regras da natureza. Conforme relato de um dos moradores da ilha da Pimenta “nós que invadimos o rio. *Não sou dono do rio, mas zelo por ele!*

Quando as águas do rio São Francisco diminuem, é chegada a hora dos moradores retornarem para as suas residências, onde realmente criaram as marcas de um lugar. Esta afinidade com o território é sentida quando eles estão ausentes de seu lugar de origem, ou seja, de seus territórios de vida. Estes homens e mulheres vivem “territorialidades flexíveis”, um vir-à-ser das águas e das ilhas, como lugares de vivências em comum.

*[...] os processos de deslocalização de indivíduos com fraca mobilidade espacial fazem do enraizamento no espaço local e dos dispositivos de afiliação e pertença, o que nos leva a definir o espaço como um recurso simbólico na produção de sua identidade e a defini-la como uma identidade de território. (LOPES, 2006, p.150)*

As ilhas são territórios com limites inconstantes. São espaços de produção social, onde todas as ações de vida e trabalho acontecem em função da existência de um território que não é fixo, mas sim fluido, presente na vida das pessoas por todo o tempo. Brandão (1995, p.171) lembra que “os espaços são os mesmos e são outros, mudam. Tal como as sociedades, os territórios têm também a sua história”, o que justifica os laços de pertencimento com os mesmos.

Estes limites inconstantes do território das ilhas fazem com que seus moradores estabeleçam um período determinado para a apropriação e utilização dos recursos, todos os que vivem nele/dele sabem da necessidade de adaptarem-se, compartilham a mesma experiência de enraizamento e deslocamentos durante as estações do ano.

E é através da partilha dos mesmos espaços, reconhecidos como elementos de enraizamento local, que se forjam as representações

coletivas do território e a que se associa um sentimento de pertença. Esses traços de reconhecimento coletivo geram, no confronto com outros espaços, a imagem de marca de um lugar, cidade ou região. (VAZ, 2001, p.220)

Para tanto, o ir e o vir das chuvas é o que determina o tempo de estadia nas ilhas. A chegada das águas é tempo partir. A chegada do sol é tempo de voltar. São esses ciclos que dão essência as ilhas, aos territórios habitados por gentes com significados ímpares e modos de ser e viver particular. As ilhas enquanto territórios dão dinâmica a vida social. Neste sentido, a ocupação dos moradores no/do território das ilhas é o acontecer da vida de cada um nestes espaços.

De acordo com relatos dos moradores, a ilha tem “*quatro alqueires de comprimento*” e chega a “*duzentos e cinqüenta metros de largura*”. Na ilha existem dois barracões de alvenaria e um barracão de lona que são utilizados como depósitos de ferramentas do trabalho na lavoura. Na ilha os moradores plantam feijão, milho, abóbora, melancia, quiabo, hortaliças e mandioca. Vimos ancoradas três canoas na margem do São Francisco, que conforme nos foi relatado estão sempre disponíveis para a travessia à crôa:

*Foi acabando tudo no rio, ai ficou um pedacinho, um terra de ilha. Mas até esta terra acabou também. Depois criou outra. Que tá ai. Dela saiu uma crôa- banco de terra- ai depois ela foi alimentando de barro e criou essa ai. Um ilhote que se formou ao lado da ilha. (Relato do Sr. Tonhão, 72 anos).*

**ANDRÉA MARIA:**

*Ao sairmos da beira do São Francisco em direção ao Rio Pacuí avistamos três casas de alvenaria de “forasteiros”, foi o nome que as crianças que nos acompanham nessa visita pela comunidade pronunciaram ao nos mostrar as casas. E que depois ouvimos também nos relatos dos mais velhos. As moradias são de pessoas que uma vez por ano, visitam a comunidade para passar alguns dias de férias e pescar como forma de lazer. Os moradores mostram as casas e se referem a essas pessoas como pessoas distantes, que não pertencem à comunidade. Ainda no caminho em direção ao Rio Pacuí encontramos o*

*cemitério antigo, lugar com onze sepulturas bem antigas, com cruz de madeira em cada uma. O cemitério fica na mata, ou como os moradores dizem: no matinho. No retorno à comunidade, saindo da beira do Pacuí, passamos por várias roças de milho, feijão e hortas em área próxima dos dois rios.*

*As descrições dos espaços na Barra nos mostram que as formas de trabalho e dos conteúdos do agir em família e no grupo, são atribuídas à terra e à água como os tributos da condição de ser camponês através da autonomia do trabalho e na reprodução social pelos vínculos familiares e comunitários, confirmando as teorias expostas nos escritos de Martins (2002) e Brandão (2006).*

*Através do acesso à história de vida dos moradores foi possível identificar uma constância de trânsitos e mudanças, ao longo da vida de cada morador e de cada família que confirmam a terra como o lugar e o espaço da vida, que os mantêm na comunidade. É nesse cenário com laços familiar e comunitário que, ao longo dos anos, cresceu a comunidade em números de casas e pessoas. **ANDRÉA MARIA:***

*(...)*

*O cotidiano dos moradores da Barra do Pacuí é marcado pelos “ciclos” do trabalho e da vida, definidos pelos moradores nos tempos de cheias e tempos de secas. A fartura das águas proporciona boa lavoura, boa pesca e a permanência dos elementos da família na comunidade. As secas das águas proporcionam perda das lavouras, diminuição de peixes no rio e a mobilidade dos elementos da família para outros espaços na região e fora dela para o trabalho temporário a principio.*

*O dia-a-dia é marcado pela vida rural camponesa com a solidariedade centrada nas relações de trabalho na pequena lavoura e na pesca. A troca de produtos é bastante freqüente entre os moradores. O escambo acontece na troca de verduras, animais domésticos, milho, feijão, frutas, mandioca e farinha de mandioca e derivados (beiju, polvilho). Não são tão comuns os escambos de peixes, destinados mais à venda. É comum a troca de ervas, remédios caseiros, raízes, óleos, paus, folhas que são utilizadas pelas famílias como medicamentos.*

*Percebemos distinções de espaços da natureza, espaços do trabalho, espaços da casa e da família, espaços do sagrado e do lazer que constituem o território e fazem a territorialidade da Barra. Todos sabem onde termina e começa a propriedade do vizinho, as populações nativas organizam, através das percepções, observações, ações e atividades*

*individuais e coletivas, uma cartografia dos espaços e dos lugares delimitando limites e demarcando fronteiras simbólicas, provocando identidade e identificação nos moradores com o lugar representados através dos locais e suas regras, símbolos, valores sociais e de conduta.*

*(...)*

*As mulheres são responsáveis pela preparação da alimentação diária da família e tem geralmente o auxílio das filhas. Os homens sabem cozinhar, mas só o fazem em situações de “muita necessidade” como relatam. As refeições são feitas sempre em família e o chefe da família, os homens em sua maioria, são os primeiros a serem servidos. A mulher faz o “prato” que é bem farto (ou seja, bem cheio) com um bom pedaço da carne do dia, se tiver. Depois do homem, os filhos e filhas vão servir os alimentos diretamente nas panelas e por último é a mulher que irá fazer seu prato de comida. O almoço acontecia no quintal, em volta das árvores, e hoje como o jantar acontece na sala, geralmente assistindo televisão. O café da manhã e os pequenos lanches durante o dia são realizados entre um trabalho e outro e não são considerados refeições e sim um “descanso para a barriga agüentar a hora da comida”. Quando existem visitas nas residências, são essas pessoas as primeiras a “fazerem o prato” nas panelas e sempre é oferecido um café com biscoitos (biscoito de polvilho e também biscoitos industrializados como os de maizena) para os visitantes, independentemente do horário. A comida diária vem quase toda da própria comunidade e obedece ao calendário da natureza entre cheias e secas. Os moradores consideram que “não comem tão bem como antigamente”. Segundo eles, os alimentos de hoje são “mais fracos e com muita coisa estranha que nem dá pra saber o que você tá comendo”. Os relatos dizem respeito às modificações na dieta das famílias, entre elas citam a diminuição do consumo de carnes de gado, de porco, o consumo quase diário de macarrão e a substituição da gordura de porco pelo óleo de soja refinado no preparo dos alimentos. **ANDRÉA MARIA:***

*(...)*

*O cultivo, a colheita, o preparo e o saborear os alimentos fazem parte do cotidiano das famílias, com divisões de funções e com a partilha da refeição em grupo. A comida do dia-a-dia (arroz, feijão, macarrão), as comidas de festas (carnes de frango e porco), comidas de trabalho (farofa e arroz), comidas de viagens (paçocas), comidas das épocas do*

ano (beiju, pamonhas, doce de buriti) e das fases da vida como na gravidez (couve refogada com feijão), após o parto (caldo de frango e pirão de peixe), a infância (leite com rapadura e farinha com rapadura) e na reabilitação da saúde (caldo de carne com mandioca) são pré-determinadas pelos mais velhos e feitas e servidas com regularidade pelas famílias em suas casas no lugar.

(...)

Podemos delimitar que nos ciclos do trabalho a dimensão do viver na comunidade permeia os tempos e os espaços da vida individual e coletiva que são construídos na interação entre os homens e as mulheres nas suas diversas fases: na infância, na juventude, na fase adulta e na velhice, sendo construídas no limiar do calendário da natureza.

As famílias, os grupos, os lugares foram construídos e são mantidos em função do estar no ambiente da comunidade. A força de trabalho é baseada exclusivamente na mão-de-obra familiar. Atividades de preparação, plantio, cultivo e colheita são divididas entre os membros da família chefiados geralmente pelo homem, o “chefe da casa”.

O mutirão e as trocas de dias de trabalho foram atividades vividas e relatadas pelos moradores. Hoje o mutirão quase não acontece mais e as trocas de dias de trabalho acontecem como dizem “de vez em quando”. A troca de produtos é uma prática do cotidiano. Hortaliças, milho, feijão são trocados por variedades diferentes do mesmo produto ou por outros cultivos. Os agricultores cultivam somente entre a família seu pedaço de terra. A modalidade de parceira da terra como o “meeiro” não é praticada na localidade, a explicação é de não há necessidade, porque quem não planta nas mediações dos rios, pode plantar na ilha.

Retiram do solo, das águas dos rios e das terras que os cercam, as principais fontes de alimentação para a população que fizeram e fazem da área o seu “lugar” de vivência. A extração dos frutos do cerrado acontece no dia-a-dia, mas é feita sem sistematização. Observamos que mangas, barus, jatobás, goiabas, maracujás, fazem parte das frutas consumidas regulamente pelas crianças e demais moradores no correr do dia, sendo retiradas e consumidas no próprio pé. O baru é colhido pelas mulheres e é comercializado. Esta atividade começa a ganhar mais espaço entre os moradores.



*Em épocas de plantio que iniciava em setembro a março era comum na comunidade à prática do mutirão e a troca de dias entre nós. Era uma reunião de gente para ajudar na plantação, hoje isso quase não acontece mais. São poucos moradores que ainda plantam em quantidade que utiliza de troca de dias. Outro fato que era muito comum no passado era o sistema de troca quando a roça de um amigo não produzia o outro dividia os produtos de sua colheita com o ele e quando esse amigo obtinha colheita devolvia ao amigo, era uma espécie de empréstimo. (Seu João Bento)*

*As plantações acontecem nas áreas de várzea e nas ilhas no São Francisco. Observamos que as áreas cultivadas são de pequenas proporções, com lavouras de policultura e sem utilização de venenos agrícolas. São poucas as ferramentas utilizadas, sendo as mais comuns: enxada, pá, machado, facão, foice e arado de tração animal. As áreas próximas do Rio São Francisco são mais utilizadas para hortas, já as áreas de encontro dos dois rios e as áreas da beira do Rio Pacuí são utilizadas para as lavouras, com também as áreas da ilha. A canoa tem função importante no transporte das pessoas e da produção da ilha.*

*As plantações na comunidade são para o sustento da família, apenas quando há excedente é feita a comercialização. Os produtos mais comercializados são o feijão, o milho e a farinha de mandioca. Os peixes também são vendidos na comunidade e na cidade de Ibiaí. Alguns fazendeiros próximos compram milho para usarem como ração para o gado. O principal produto cultivado na Barra é a mandioca.*

*A preparação da terra, o cultivo e o cuidado com as lavouras, as pescarias e a rotina diária do camponês são regidos no calendário das épocas do ano divididas em cheias e secas dos rios, nas estações da lua, no descanso e classificação das terras para o plantio e na divisão familiar das tarefas entre a casa e a roça. **ANDRÉA MARIA.***

*No último mês do ano e no primeiro do novo ano é feita a limpeza das roças, como dizem: é hora de capinar. Fevereiro é o período para o início da preparação da terra para feijão da seca e também para o tombamento do milho. Em março a atividade principal é a limpeza da várzea e o plantio de feijão da seca. Em abril e maio são realizadas as*

*colheitas das lavouras e o preparo da farinha de mandioca e também a limpeza do feijão. Junho e Julho é época do plantio das hortas pelas mulheres e é período de extração de frutos do cerrado, realizada principalmente pelas mulheres e pelos jovens. É período de intensa migração para trabalhos temporários na região e fora dela. Agosto tem colheita de feijão da seca e a atividade de raspagem da mandioca para fazer a farinha. Setembro e Outubro a atividade principal é a limpeza do terreno para o novo plantio e o plantio das novas roças para o início do tempo de chuvas.*

*O período de maior dificuldade relatado pelos agricultores é entre abril e setembro que é o “tempo da seca”. No passado os produtores desenvolviam nesse período as atividades de colheita dos frutos do cerrado, a fabricação de farinha e a colheita das lavouras e hortas. No presente todas essas atividades continuam, mas em menor escala, pois o desmatamento do cerrado, as atividades de carvoejamento, a poluição e diminuição das águas e dos peixes do Rio São Francisco provocaram a drástica diminuição dos frutos, bichos e o aparecimento de pragas e a queda da fertilidade da terra. Portanto, a sobrevivência de muitas famílias está na busca de trabalhos em carvoarias, nas fazendas próximas ou em outras regiões. Os poucos que ficam se dedicam à pesca durante este período. A maioria dos trabalhadores que não tem nenhuma fonte de renda sai em busca de trabalho, fora da comunidade. Quase todas as famílias possuem lavouras mantidas pelo trabalho familiar. Homens, mulheres, jovens, velhos, adultos e crianças se dividem nas etapas do cultivo. Aos homens é determinada a responsabilidade pelo trabalho de preparar a terra, cuidar das lavouras. Eles participam em todas as etapas do processo produtivo na agricultura. As mulheres são responsáveis pela plantação e cultivo das hortas e o cuidado com os animais domésticos, como as galinhas. Há criações de aves para consumo.*

*São também as mulheres que cuidam de fazer e levar comida para os homens nas lavouras e auxiliam no local. Os homens quando trabalham na ilha muitos fazem sua própria comida no ambiente. Existem algumas mulheres que são chefes da família e, portanto, são responsáveis pelo trabalho total das lavouras. As crianças são responsáveis pelas atividades domésticas quando os jovens auxiliam nas lavouras e nas pescarias. Os velhos são em geral responsáveis pela escolha dos terrenos nas vazantes e nas ilhas para o plantio, pelas decisões de*

partilha e da comercialização do excedente. A pesca é realizada também para o sustento, embora sejam vendidos excedentes na própria comunidade ou para os fazendeiros. “De vez em quando se vende em Ibiaí, mas mais é por aqui mesmo”, diz Seu Euclides. Ele aponta que os peixes hoje são bem menores do que antigamente. A pesca é atividade complementar à agricultura e é praticada de acordo com o calendário das atividades de agricultura. **ANDRÉA MARIA.**

Varas de pescar e linhas são as ferramentas para a pesca do dia-a-dia, ou seja, pescar para levar o alimento para casa. Quando pescam para a comercialização utilizam tarrafas e redes para assim capturarem peixes maiores e mais comerciais como surubim e dourado.

*Oh meu Deus! Antigamente era só colocar a rede e era garantia hoje às vezes a gente arma a rede duas, três vezes e não pega nada. A Votorantin soltou veneno forte na água e matou muito peixe, muito peixe mesmo. Se pararem de soltar veneno aí o Rio recupera.*

O depoimento é de Seu Euclides que narra que há três anos pescava dois surubins de 30 quilos no dia. Hoje por causa da química jogada no rio quase não tem mais. Ele aponta que as espécies mais encontradas hoje são curimatã e piranha.

Os moradores relatam que num passado recente a prática da caça foi fundamental na dieta da comunidade. Agora com a proibição e com a diminuição dos bichos, quase não há mais caça. Seu Antônio diz já ter caçado cinco jacarés numa noite só e quatorze pacas em outra. “Hoje isso não é possível mais”. Seu Euclides diz não gostar de caçar, diz ter pena dos animais. “Tenho dó dos bichinhos, fico pensando se fosse eu no lugar dele”.

Na década de 1970 foi formada a ilha. De acordo com Seu Tonhão:

*Em 70 apareceu o lameiro, eu fui o primeiro que plantei lá, depois de um tempo o lameiro cresceu e virou ilha e todo ano crescia mais, aqui a terra é muito fértil e a gente tem uma plantação de melhor qualidade e de bem mais volume. (Seu Tonhão em entrevista para Simone Aparecida Leite da Silva, 2008).*

As terras na ilha são de apropriação comum para todos os moradores da Barra, ou seja, cada morador que cultiva na ilha tem o direito de posse durante o tempo que utilizar aquele pedaço de terra. O uso da terra da ilha é partilhado e de conhecimento de todos os moradores, não existe cercamento entre as propriedades e quem tem condições de cuidar e cultivar as lavouras é o responsável por aquela porção de terra durante o período de cultivo e colheita. Situação que pode ser diferente no próximo calendário/ciclo do rio, na época das cheias. Outro agricultor pode plantar e cultivar se o antigo abandonar a área.

A ilha serve também como lugar de apoio à pesca. Os moradores designam dois tipos de espaços: a *crôa* que é onde no período da seca o rio deposita areia, o espaço é bastante utilizado por jovens e crianças para o lazer através de banhos de rio, e as *terras firmes* que são as áreas de lavouras. Esses espaços são também utilizados para a pesca.

*A gente planta na ilha mais não sabe se vai colher, mais o ano que colhe é com fartura, aqui todos podem plantar, quando os velhos não plantam os filhos plantam, e quando o ano é bom, quando chove e não inunda, todo mundo colhe. A minha parte mesmo eu já dividi com os meus filhos para eles também plantarem. Todo mundo aqui sabe que a ilha é do rio e a gente só usa a terra. E se não cuidar no outro ano pode ser outro que vai plantar no seu lugar e não vai ter reclamação. (Seu Tonhão).*

Os moradores relatam que a ilha é de propriedade do rio e que eles estão acostumados a obedecer ao que o rio determina:

*A melhor terra para plantação é da ilha, mas quando o rio enche a gente perde tudo. O rio invade a ilha e mata tudo que a gente plantou, leva embora o esforço do ano todo. Mas quando ele diminui e a ilha volta é hora de começar tudo de novo e a gente planta e colhe com fartura na ilha. (Seu Tonhão).*

Os camponeses da Barra do Pacuí cultivam na ilha o feijão, o milho, abóbora, cebola, frutas como melancia e maracujá e hortaliças e mandioca. É o feijão o produto cultivado e colhido em maior proporção na ilha, sendo comercializado o excedente nas cidades de Pirapora, Ibiaí e Ponto Chique, todas estas cidades ribeirinhas.

As terras na beira do Rio Pacuí são as mais utilizadas para o cultivo das lavouras. Os espaços são demarcados pela posse dos agricultores através do tempo de fixação. O cultivo de feijão, fava, milho e mandioca são prioritários nessa área. As terras estão em área limite da comunidade não sendo possível o aumento da área plantada ou de moradias. As lavouras na beira do São Francisco são em menor escala e geralmente são utilizadas para o plantio de hortas. As terras que são localizadas no encontro dos dois rios são bastante férteis e também utilizadas pelos moradores.

O principal produto cultivado é a mandioca. Na comunidade existe há vinte anos uma fabriqueta de farinha comunitária adquirida pela Associação dos Moradores. A casa de farinha foi instalada na sede da Associação de moradores da Barra do Pacuí, e é um lugar de uso comunitário. Na época do beneficiamento da mandioca e da produção de farinha as famílias fazem um cronograma de utilização de acordo com a Associação dos Moradores e se sucedem na fabricação da farinha. A casa de farinha é bastante utilizada pelas famílias em regime de trabalho familiar em todas as fases de produção. **ANDRÉA MARIA.**

A comunidade utiliza-se da ilha e da terra firme para o plantio, logo as vazantes têm papel importante no cultivo das lavouras, ou seja, as margens do rio são utilizadas no plantio, principalmente às margens do córrego Pacuí. O milho, feijão, arroz entre outros cultivos, de preferência cultivo com rápida colheita - a cana-de-açúcar e a mandioca, por exemplo - são plantados em terras mais altas e mais afastadas do rio Pacuí, em pontos estratégicos, de maneira que, havendo enchentes, a plantação não seja afetada. A terra trazida pelas águas nas épocas das enchentes - lameiro - é utilizada também no plantio de hortaliças, abóboras, tomates, pimentão, cana-de-açúcar, etc. **SIMONE APARECIDA.**

A diminuição do acesso aos recursos naturais de seu território, aliada ao crescimento do número de famílias da comunidade implicou o aumento

*da pressão sobre os recursos disponíveis, como a caça, e no uso predatório de parte das áreas de cerrado. A partir da década de 1960 o cerrado em toda a região foi transformado em carvão para o fornecimento às indústrias siderúrgicas e a implantação de pasto, atividade esta financiada pelo Estado através da SUDENE<sup>2</sup>. Os moradores, influenciados por esse contexto transformaram suas áreas em carvão. Hoje, com essas áreas já em recuperação, os donos do cerradinho se mostram arrependidos, “nós ganhamos um dinheirinho na verdade, mas os poucos bichos que tinha, foi embora tudo” (João Bento). A fala de Seu Tonhão revela o contraste entre os dois tempos - dos véios e o de hoje*

*(...) nós tínhamos muita fartura, havia muitos animais pra caçar, muito peixe no rio, a gente não demorava nada no rio, era só chegar, jogar o anzol ou a rede e podia até escolher que peixe a gente queria comer. (Seu Tonhão no dia 17 de julho de 2008)*

De acordo com Seu João Bento, o tempo atual pode ser descrito como:

*O tempo das dificuldades, da falta de dinheiro, das dificuldades na agricultura, da caça, da pesca. Tempo de mais facilidade para a educação, para saúde, para a comunicação... Mas tanto naquela época, quanto agora a luta continua a mesma, o foco foi modificado: no início, a luta era para a formação do lugar; agora, a luta é para a manutenção da nossa terra.. (Seu João Bento em 17 de julho de 2008)*

*No “tempo de hoje” eles têm conhecimento dos seus direitos, a justiça que é ‘injusta’ para com eles, pobres produtores rurais. Os relatos acerca do tempo passado afirmam aquilo que Costa (2006) nos chama atenção, a população negra norte mineira buscava a invisibilidade para sua sobrevivência; com a Barra do Pacuí, não foi diferente. **SIMONE APARECIDA:***

---

<sup>2</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

Os espaços e terrenos de construção definidamente divididos. Cada casa possui seus limites bem delineados, com cercas ou com marcações de tocos. Há espaços comuns, como a Praça da Igreja, o antigo e o novo campo de futebol e as áreas de plantação. Nas áreas que circundam a comunidade nas imediações do Córrego Pacuí e do Rio São Francisco os espaços para o plantio são divididos por meio de cercas de arame. Cada roceiro tem seu espaço. Ali se algum ficar muito tempo sem plantar permite que outro plante em seu lugar.

Em algumas situações o novo roceiro deve ceder ao antigo alguma benfeitoria. Tudo é conversado. Ao que dizem, às vezes nessas trocas, os roceiros se estranham. “Mas depois fica tudo bem. Tem que entender né. Não tava plantando” diz Seu Euclides. Nessas imediações há ainda espaços que já possuem donos. O roceiro está a tanto tempo produzindo naquele mesmo local, que todos reconhecem que o terreno é mesmo dele, apesar de não possuir títulos imobiliários. Há respeito por todos os espaços. Não se percebem grandes conflitos em torno da questão da terra e da produção agrícola. É visível que alguns moradores possuem espaço maior do que outros; espaços inclusive que às vezes são divididos com outros na meia ou na renda. Não há conflito.

**ALESSANDRA:**

*As posses na ilha, ou melhor, os direitos como informam os moradores apresentam os mais variados tamanhos e, em geral, partem da beira do rio em direção às terras mais altas situadas na parte interna da ilha, sendo estreitos no sentido da beira do rio e compridos no sentido oposto. Poucos terrenos, geralmente os pertencentes aos moradores mais antigos, vão de uma margem à outra da ilha, mas há também aqueles que não atingem o rio, ou seja, possuem apenas altos e vazantes de dentro, o que inviabiliza plantios de seca nos anos de cheia fraca. As casas e as roças se distribuem por toda a ilha, seguindo uma lógica costumeira de direitos de uso dos terrenos.* **ELISA:**

A lógica costumeira de acesso à ilha expressa diferenças ao longo do tempo. No passado, como relatado pelos moradores mais antigos as ilhas eram pouco habitadas. Eles afirmam que há aproximadamente sessenta, setenta anos atrás as ilhas eram cobertas por uma vegetação mais fechada e com espinhos, “mata de serrote”, que dificultava o contato por terra entre seus poucos moradores. Neste tempo quando alguma família se estabelecia, primeiro derrubava a mata para firmar

casa e roçados ou simplesmente tomava para si antigas ocupações abandonadas e, em seguida, investia nelas seu próprio trabalho.

Informam também que partir da década de 1970 teve início uma nova fase com a chegada de muitos novos moradores, alguns oriundos de localidades próximas das ilhas e outros vindos de mais longe, de outras regiões das beiradas do rio São Francisco, que passaram por processos de expropriação e buscavam um lugar para viver. As ilhas, que eram lugar de pequenos roçados, passam então a ter uma população residente.

Muitos se estabeleceram obtendo consentimento dos moradores antigos, outros o fizeram através da *compra de direitos*, “dos feitos do trabalho”. Neste processo de deslocamento algumas famílias permaneceram, outras seguiram novos trânsitos. Talvez porque não se adaptaram com o convívio nas ilhas ou com as enchentes freqüentes. As famílias que permaneceram foram aquelas que se integraram socialmente, articuladas principalmente por laços de parentesco e compadrio. **ELISA.**

Atualmente a *compra de direitos* é a forma predominante de acesso à ilha pelos *chegantes* que buscam um lugar para se estabelecer, mas que não possuem, a princípio, relações sociais com seus moradores. Não compram terra, *compram um direito*, ou seja, o trabalho investido pelo antigo morador, o que é acessível às famílias com poucos recursos. Geralmente, o processo de fixação se dá através da intermediação de algum conhecido na região. Desta forma, a ocupação das ilhas no rio São Francisco segue atualizando uma lógica de *direitos* consuetudinários, com uma racionalidade própria e distinta tanto do mercado de terras quanto da legislação federal que a atribui à marinha. A partir do estabelecimento da família que chega, por meio de um processo de aproximação e de convivência se dá a integração do *chegante* às práticas sociais do grupo. Eles passam a participar dos momentos coletivos, celebrações e festas religiosas. Contraem vínculos quando celebram relações de compadrio com moradores mais velhos e respeitados do grupo, o que produz uma série de obrigações, mas também de direitos.

Outra forma de inserção do *chegante* é o casamento com as pessoas *de dentro*, o que pode ser porta de entrada para a vida na ilha ou o



adensamento de laços que fortalece os vínculos já estabelecidos entre famílias.

Porém, nem todos os *chegantes* são incorporados à coletividade. Há famílias que permanecem isoladas em decorrência de condutas sociais distintas das vividas e valorizadas internamente. Estas condutas sociais potencializam diferenças e deixa latentes conflitos entre vizinhos. Os conflitos nascem de condutas sociais como inveja, pequenos furtos, maus tratos a animais ou casamentos ilícitos. Estas pessoas que de alguma forma não se enquadram aos padrões sociais predominantes, sofrem pressão das demais, sendo estigmatizadas no contar e recontar de acontecidos e passam a ser tratadas como *de fora*, ainda que se mantenham como parte do grupo, em sua periferia.

Por outro lado, para os *nativos* a forma mais comum de acesso aos terrenos é o consentimento do dono, normalmente parentes e compadres, que recebe o nome *de terra dada*. No entanto, descendentes de *chegantes* podem ter acesso à terra por estarem inseridos e integrados socialmente à dinâmica das relações sociais vividas na ilha. Por suas afinidades construídas nas relações de trabalho com parceiros e vizinhos se tornam dignos de serem, pelo circuito da dádiva, reconhecidos como parceiros. Esta parceria se expressa pela doação de uma área de terra, por um lado, e pelo fortalecimento de vínculos através do casamento ou do compadrio. Como parceiros, em função da sua dedicação ao trabalho, são considerados dignos aqueles que se esforçam, se dedicam, e buscam na relação com a terra seu sustento.

Assim sendo, *terra dada* é terra de trabalho e não terra de negócio. Se for abandonada ela pode ser retomada pelo antigo dono, dado que o vínculo que se expressou pela cessão de direito à terra deixa se ser atualizado. Muito diferente da terra de negócio capitalista, valorizada como um bem em si mesmo, que pode ser mantida desocupada pelo dono quando este se furta ao trabalho e passa a especular possíveis ganhos da sua valorização no mercado imobiliário. **ELISA:**

Entendemos com a organização circular, que a vida comunitária é um ponto central no modo de vida dessas pessoas. Os espaços reais são bem definidos, com os cercados e demarcações de plantio. Entretanto, as casas estão voltadas para um centro, para um espaço comum. As áreas de plantio, mesmo previamente divididas, possuem uma rotatividade entre os que plantam. São lugares de compartilhamento de

vivências e experiências. Trocas e confirmações de valores e modo de vida. **ELISA.**

O processo de trabalho que transforma a ilha em roças da seca, das águas e quintais são fazeres que estão relacionados com o tempo e o espaço específico das ilhas existentes no rio São Francisco, muito diferente das vivências de outros grupos rurais. Em terras não inundáveis, o contraste entre vegetação nativa e natureza transformada pelo trabalho é mais evidente. Nas ilhas, a dinâmica das enchentes impõe uma convivência maleável com os lugares, o fazer é construído em consonância com as dinâmicas do rio e um constante refazer de habitações, quintais e plantios. Um eterno recomeçar e replanejar.

A permanência está relacionada à restrição de acesso ao território tradicionalmente ocupado. Se no passado a ilha era um dos ambientes manejados pelos barranqueiros, hoje sua apropriação e seu uso se intensificaram. A ocupação da ilha atualmente se caracteriza como lugar de acolhida aos *fracos*. Os moradores das ilhas trabalham com recursos escassos e no seu manejo acessam o saber fazer acumulado e transmitido entre gerações. Em todo o processo, essas populações lidam com o contraditório: a abundância e a perda, a certeza e o risco, assim expresso na fala de Antônio Vermelho:

*(como é a vida na ilha?) Nós sempre fomos fracos... Ilha é de fraco, a senhora sabe! Daqui de dentro qualquer um só sai com o Chico, ou sai ou morre, no mais é você. Ano passado ele chegou aqui no pé de manga, eu não sai. (...) Em 1979 teve enchente grande, veio uma verba grande de cima, ajuntou os grandes de Matias, Manga e consumiu. Aqui riqueza não tem, mas de fome nós não padece! Mas quem não trabalha não tem. O rio come, mas aqui não tem fome. Aqui dá abóbora, melancia, uma batata, um cocá. Tudo que você plantar dá. Agora se não arranhar a terra não come não! (Arranhar?) trabalhar com a enxada! (...) A vida do morador de ilha é trabalhar. Tem o tempo da farinha, a pesca. Perde mandioca no rio, a água baixa, torna a plantar nos lameiros. Aqui só não é bom quando o rio vem, mas é divertido ver o povo carregando as coisas (Antônio Vermelho, ilha da Ressaca, maio de 2008).*

*Para conhecer as estratégias reprodutivas dos ilheiros é necessário realizar com eles uma leitura da paisagem, identificando como categorizam os diferentes espaços, quais características atribuem a eles e seus usos potenciais.*

(...)

No instituir dos tempos e no codificar dos espaços *vazanteiros*, como a terra de feijão, a terra de mandioca ou o tempo de farinha, o tempo de pesca, a natureza se produz e se refaz pelo próprio trabalho dessas populações no interior de processos de interações simbólicas e de relações sociais.

As ilhas não são estáveis. Atuam sobre elas processos simultâneos. De um lado, cada nova enchente realiza uma ação renovadora, carreando e depositando sedimentos, sobrepondo novas camadas com diferentes tipos de materiais. Por outro lado têm-se os processos de estabilização que caminham no sentido da consolidação dos materiais para a formação de solos. Essa dinâmica está associada ao desenvolvimento de processos orgânicos que culminam com o estabelecimento de uma cobertura vegetal formada por plantas mais resistentes, normalmente gramíneas e invasoras de ciclos curtos e de rápido desenvolvimento.

(...)

Quando o *vazanteiro* introduz e conduz espécies cultiváveis como a melancia sobre os novos depósitos, propicia o acelerar do processo de formação do solo e da estabilização da ilha. Dessa forma, essas populações transformam os novos espaços desenhados pelo rio, ou seja, as *crôas*, em *vazantes*, em terra de cultivo, em terra de trabalho.

Para plantar no *lameiro* é preciso conhecer o ofício. É preciso saber reconhecer a terra e o tipo de alimento que se pode fazer crescer.

Em ano bom, logo que a água desce, as sementes são colocadas na terra, não com uma ferramenta como a enxada, mas fazendo uso do “chucho”. Essa estratégia apresenta-se como um sistema de plantar em que se usa um pedaço de pau para quebrar as placas duras e ressequidas da lama que se depositaram para guardar a semente na terra fresca.

Assim, o cultivo sobre os depósitos de sedimentos, o “plantio no lameiro” é uma prática construída pelos *vazanteiros* que com seu conhecimento e saber conferem novos significados às áreas

frequentemente alagadas das ilhas e *vazantes* do rio São Francisco. Essas áreas re-significadas constituem-se como espaços de vida e de trabalho, de produção e de abundância de alimentos. Um trabalho artesanal, realizado com maestria, que interage com o rio e seus processos cíclicos de enchentes e secas que trazem vida e morte, dá e leva.

Como essas populações negras sabem reconhecer indícios nos depósitos deixados pelas *cheias* do rio, estudam a composição do sedimento através do tato e pela cor, ou seja, avaliam a sua textura e a qualidade do material depositado. É a partir da leitura destas características que estabelecem implicações sobre seu uso no desenvolvimento de plantas conhecidas e valorizadas por essas populações. Os *vazanteiros* e *vazanteiras* ponderam em suas leituras quais as possibilidades do bom desenvolvimento das sementes plantadas. Assim, abrem covas, semeiam melancias e abóboras na terra misturada que se encontra coberta pela camada argilosa e dura do lameiro. Este mantém a terra de baixo fresca e torna propício que a semente, aí colocada pelo homem ou pelo rio, se desenvolva aproveitando um pouco da umidade trazida pelas enchentes.

Os membros das comunidades *vazanteiras* semeiam o *lameiro* com sua técnica singular e se preciso molham-no, carregando água do rio em vasilhas. Esses cuidados transformam depósitos de sedimentos em terra de cultivo e ampliam para essas populações suas possibilidades de acesso à terra e aos alimentos.

Ao manejar terras inundáveis, o *vazanteiro* o faz a partir de um sistema cognitivo próprio que articula o conhecimento transmitido intergeracionalmente sobre a planta e os diferentes tipos de terras deixadas pelo rio. A terra muito arenosa é chamada de “areia safa”, pois nela não se desenvolve nada. A denominação “areia fina” é dada àquela terra que tem uma mistura de areia e de barro, ideal para o plantio de melancia. E por fim, chamam de “terra misturada” àquela que tem pouca argila, que é boa para o plantio de feijão catador.

A partir do conhecimento das diversas possibilidades de utilização do “lameiro”, têm-se os plantios de *vazantes*. Eles vão sendo feitos “onde o rio andou” na terra que foi fertilizada e umedecida pelas águas das *cheias*. Neste seu fazer o plantador de *lameiro* acompanha atento à cheia buscando prever o momento que o rio para de subir e começa finalmente a baixar, o que acontece normalmente a partir de março.

Com o recuo do rio para seu leito normal, os *vazanteiros* e *vazanteiras* iniciam seus plantios acompanhando a descida do rio e escolhendo as plantas que se desenvolvem melhor em cada mancha de terra. Plantam num pequeno terreno diferentes culturas, *plantam misturado* porque sabem também que o rio pode voltar a subir e cobrir todo o trabalho realizado para o plantio. Este é, permanentemente, um risco.

A cada ano, a eminência da cheia se renova no coração do *vazanteiro* e *vazanteira*, que na sua expectativa vive na ambigüidade com receio dos seus prejuízos, mas também saudoso dos seus benefícios, porque um ano sem cheia como foi o de 2008 é um ano sem “terra molhada” pelo rio, é um ano sem “lameiros”, ou seja, sem fartura de alimentos. É possível compreender essas dinâmicas ambíguas como um *entre-lugar*, conceito desenvolvido por Bhabha (1998) para compreender os processos sociais que opõem como pares antagônicos duas categorias distintas, como branco e negro, por exemplo. Embora este autor tenha construído o conceito para focalizar processos de construção de subjetividades, vejo que é possível utilizar o conceito na situação das populações negras *vazanteiras* do rio São Francisco, pois as dinâmicas das enchentes e das secas não apenas constroem subjetividades díspares, como também alimentam estratégias e práticas sociais distintas vinculadas a uma ou outra dinâmica do rio. Por um lado, apesar de serem dinâmicas do rio, elas são categorias cognitivas que orientam o fazer e alimentam as subjetividades do sujeito *vazanteiro*.

Como eles mesmos dizem “o *vazanteiro* trabalha o ano todo, planta secas e águas”. Em ano bom, o trabalho de colheita na *vazante* antecede a preparação da terra dos *altos* mais arenosos que são plantados logo que a chuva deixa a terra bem molhada. No período chuvoso, a extensão dos plantios vai depender muito dos indicativos da chuva e da ameaça da cheia, podem avançar ou não pelos baixios, ou se estender pela beira das *vazantes*. Os *vazanteiros* afirmam que “plantam no risco” sempre na ameaça de perder com as *cheias*, mas também com o sol se o ano for fraco e as chuvas não persistirem. Eles estão sempre orientados pelo que chamam “influência” para trabalhar. No caso a palavra influência é utilizada para expressar ao mesmo tempo o saber fazer e o gosto pelo trabalho.

O cultivo em terra molhada pelo rio ou molhada pela chuva depende do ciclo de chuvas durante o ano e da qualidade da terra. Os mesmos alimentos cultivados na *vazante* podem também ser firmados nos *altos*.

No entanto, o que é certo é o fato das *vazantes* serem “mais farturosas” a ponto de produzirem para a despesa e gerar excedentes, o que normalmente não acontece com os plantios de chuva realizados nos altos, que quando muito “dão para o gasto”.

Em relação ao período de pesquisa, final de 2007 e meio do ano de 2008, é importante situar a característica das *cheias* que se sucederam para compreender a situação do uso e a ocupação da ilha naquele momento, pois cada ano a dinâmica do rio acontece diferente uma da outra.

(...)

Durante as minhas incursões percebi que as roças se distribuíam por toda a ilha de forma espaçada, áreas menores e escolhidas onde predominava o milho e feijão catador este já na fase final do ciclo e sendo colhido para consumo. Em geral, o plantio se deu em continuidade com os quintais sendo sempre realizado em associação com outras variedades de frutas e de verduras, como o gergelim, a abóbora, o maxixe e as melancias. As roças de mandioca perdidas na cheia de 2007 ainda não tinham sido recuperadas porque faltavam mudas que precisavam ser buscadas fora da ilha, o que impõe contatos e intensificam as relações entre comunidades vizinhas e também para fazendas da região. Neste caso a obtenção de mudas e sementes é facilitada pela presença de parentes ou compadres trabalhando e se deslocando na redondeza. Com a aquisição de sementes através de compra ficando reduzida a hortaliças de difícil reprodução na região. Nos *baixios* o que mais se destacavam eram os plantios de cana que resistiram à enchente persistiam na seca em associação com os roçados novos.

Portanto, durante a pesquisa em 2008 foi possível identificar o impacto destes dois períodos. Alguns plantios sendo trabalhados e outros perdidos e abandonados. Assim, na parte central da ilha, boa parte das terras mais altas e secas estavam em descanso e cobertas com capim e leguminosas nativas onde se observava o crescimento de arbustos.

O trabalho na *vazante* persistia “na teimosia”. Como o rio não tinha subido, a umidade era apenas aquela deixada pela chuva, já distante, o que propiciou que o feijão de arranca, o milho e alguns legumes plantados se desenvolvessem muito pouco, para a tristeza dos donos.

Neste contexto de escassez e de poucas atividades, *vazanteiros* e *vazanteiras* estavam se dedicando a aproveitar os plantios já formados

e as frutas. E recorreram à estratégia de reduzir as criações e de selecionar produtos para guardar e beneficiar. De um lado, dispensando recursos fundamentais, dado que criações são consideradas como a poupança do agricultor familiar e, de outro lado, acumulando produtos que são, recorrentemente, utilizados ao longo do ano como é o caso principalmente dos feijões. Um fazer de sempre que se estende até que o grupo volte a se envolver com os preparativos da terra um pouco antes das chuvas que darão início ao novo ciclo.

Em anos como este, a opção por manter algumas cabeças de gado é considerada pelas famílias um investimento praticamente sem retorno. Porque com a enchente se impõe a transferência para a terra firme e o aluguel de pasto e com a seca prolongada a necessidade de fornecer algum tipo de complemento como cana e restos de roça. O aluguel de pasto nativo na redondeza é realizado junto às fazendas, o que é avaliado como caro e se viabiliza quando o tomador de conta da fazenda tem boa vontade ou é pessoa *de dentro*, negociando um preço mais acessível junto ao dono e também reservando para as próximas *cheias* o pasto a ser alugado. **ELISA.**

A vida é compartilhada também em torno das casas e quintais, onde a movimentação de adultos e crianças é muito presente, e onde a família se deixa ficar nos finais de tarde. Nesses momentos, a sociabilidade envolve principalmente os parentes e os compadres, mas também se estende aos demais vizinhos que por ali transitam com frequência, pois pelos quintais passam os caminhos que comunicam e integram as diferentes famílias em sua vida social nas ilhas fluviais sanfranciscanas. As moradias nas ilhas são construções simples, edificadas em geral pelas próprias famílias, que utilizam na sua confecção uma estrutura de madeira e barro. No passado, a madeira e o cipó para o travamento das casas de enchimento também eram encontrados na ilha. Atualmente, os materiais para o refazer das casas destruídas pelo rio são buscados fora, o que implica na realização de investimentos nem sempre acessível às famílias, dado que recorrentemente estão disponibilizando da poupança, ou seja, vendendo as criações.

Quando observadas de perto, é possível perceber as marcas das enchentes nas casas e por trás das marcas os dilemas e as incertezas de quem tem apenas a ilha no interior do rio como morada.

*Estamos aqui porque não temos como comprar terra, ano ganha, ano perde. Sofre muito. Quando dá enchente vamos para o outro lado. Quando enche o povo que tá lá em baixo (na ponta da ilha) vem subindo. Só mudamos daqui debaixo de chuva. Chuva por cima e água por baixo. Nós já entramos de barco pela porta da varanda e saímos na porta da cozinha. Quando vamos embora as pessoas carregam as coisas, a água também carrega. Não podemos possuir nada aqui dentro, só o que podemos carregar. Porco morre, galinha morre. Eles atravessam e ficam dias sem comer. (...). Tem que ficar aqui porque não tem condição. Tem ano que morre de trabalhar e perde tudo, mas aqui é bom, o modo de viver. Tem sofrimento, mas o povo aqui é unido, uns ajudam os outros até carregar tudo. Nas enchentes o dono (das fazendas) querendo ou não tem que atuar porque a nossa casa fica sendo do lado de lá (Velha Joana, ilha da Ressaca, maio de 2008).*

Alguns moradores mais velhos que estão recebendo aposentadoria têm investido na construção de casa na cidade. Em relação a essa iniciativa eles afirmam que é uma forma de prevenir uma necessidade, para poderem descansar quando estiverem fracos para enfrentar a vida na ilha. Porém, as casas acabam sendo mais utilizadas pelas gerações mais novas, que se deslocam para a cidade principalmente em função do estudo dos filhos e em busca de algum trabalho ocasional.

Passada a enchente os moradores voltam às suas casas e a vida retoma seu rumo na ilha. Onde o que chama atenção é o ambiente formado no entorno das casas. Em geral, elas não estão sozinhas e ao seu entorno erguem-se muitas plantas, árvores que também resistiram às *cheias*, que se mantêm verde e exuberante durante os períodos de seca refrescando e fornecendo sombra aos quintais. São mangueiras, jenipapos, “joás<sup>3</sup>”, pinha, siriguela, caju, abacate, mas também plantas de flores, medicinais e trepadeiras, como o maracujá, que conferem identidade ao lugar.

As sombras das árvores são acolhedoras e agradáveis e funcionam como extensão da casa, sendo utilizadas cotidianamente como espaços

---

<sup>3</sup> Como preferem os moradores da região, sendo conhecido em outras localidades por juazeiro.



de trabalho, lazer e também de sociabilidade. Um lugar construído pelas mãos *vazanteiras*, com grande proximidade e interação com a natureza. Este é um local de permanência de mulheres e de crianças, de afazeres, de obrigações e de aprendizados e onde os homens buscam descanso e cuidados. Onde permanecem quando têm algum serviço a fazer, algum reparo ou precisam providenciar consertos de ferramentas e equipamentos de pesca. Durante o dia somente os homens mais velhos ou com algum problema de saúde permanecem em casa, já os homens jovens e os adultos são encontrados durante o dia realizando alguma atividade nas redondezas. Quando conseguem algum trabalho fora saem cedo de casa. Quando têm serviço nas roças e mexidas com as criações é para lá que vão também cedo. Caso contrário, são encontrados nos vizinhos ou no rio.

Os quintais podem ser visto como uma síntese do universo *vazanteiro* onde se realiza o trabalho cotidiano de construção e reconstrução dos espaços trespassados pelo rio. Em contrapartida, verifica-se que as moradias mais novas e também aquelas localizadas nos terrenos mais baixos e afetados pelas *cheias* não possuem quintais ficando mais expostas ao sol, o que dá uma aparência árida evidenciando outra perspectiva de espaço.

Nas casas pequenas é também no quintal que os alimentos são preparados e consumidos, ficando as cozinhas internas mais restritas à movimentação das mulheres. Da mesma forma, quando chegam visitas estas podem ser recebidas do lado de fora, sob a sombra das árvores, ficando a casa, geralmente pequena, reservada à intimidade da família. A mulher e, na falta desta, as filhas são responsáveis pela manutenção da casa e pela preparação da comida da família. Além disso, cuidam também do quintal, da sua limpeza e das criações pequenas. Geralmente possuem cachorro, criam galinha e às vezes pato e cocá, ou até mesmo porco, mas a dificuldade dos últimos anos relacionada à enchente e à roça fraca, fez com que a maioria diminuísse muito as criações. Desfazer das criações é também justificado por problemas com vizinhos em decorrência dos prejuízos da criação solta, o que é apontado como motivo de muitas brigas e desavenças.

Vejo que estes mediadores são os “guardiões” da memória de cada coletividade.

Os quintais resultam de investimentos realizados por anos seguidos e são muito valorizados pela abundância e pela diversidade de produtos

disponíveis compoendo as estratégias alimentares da família e também porque propiciam produtos a serem compartilhados entre os *de dentro* e com parte da família vivendo na cidade. Para os moradores as laranjas e outras frutas do quintal são destituídas de valor comercial, mas carregadas de valor simbólico. Elas atualizam os vínculos sociais internamente e entre os grupos familiares que compõem a comunidade negra *vazanteira*. **ELISA:**

(...)

*Aqui tem fruta, tem laranja, tem muita coisa, mas nunca vendi. Tem para o pessoal da ilha. Tem goiaba, que eu vou levando para fazer doce. Vou levando um tanto. Gosto do doce de goiaba. Gosto mesmo. Tem manga, tem caju, quando produz ninguém dá venção. As galinhas comem, os animais comem... Maracujá gosto muito, carrego para as filhas e netas, é quase do meu consumo. Dou laranja, nunca tirei um real de laranja. Tudo aqui é dado (Velha Celina, ilha da Ressaca, maio de 2008).*

No dia a dia com os filhos, e principalmente na convivência mais contínua com as filhas, os cuidados e valores relacionados ao universo da casa e do quintal são transmitidos, inicialmente na realização de pequenas tarefas e com o tempo são assumidas como responsabilidades.

Mas o que faz as mulheres das ilhas serem consideradas “trabalhadeiras” é o fato delas também trabalharem nas roças, em todas as fases de produção e desta forma se inserem ativamente na produção de alimentos.

(...)

Na comunidade de Várzea da Manga os parentes compartilham entre si o dia-a-dia de muito contato e proximidade. Vivendo sobre um mesmo território, cada família ocupa individualmente apenas a casa e o quintal, o que não significa que os quintais sejam espaços restritos. As cercas quando existem servem muito mais para proteger as pequenas hortas da porta da cozinha das criações, ou seja, porcos, galinhas, cocás.

Os quintais não separam, eles põem em contato, mãe e filha, pai e filhos, irmãs e irmãos, tia e sobrinho, avó com netos, bisavó com bisnetas, num constante compartilhar de vasilhas, ferramentas e equipamentos, onde serviços são trocados, opiniões são compartilhadas

e onde são manifestos o cuidado e o carinho entre as diferentes gerações. Nos quintais, também nesses momentos de manifestações afetuosas, a memória social do grupo é compartilhada com todos por meio de seus guardiões.

As famílias passam boa parte do seu tempo no quintal cuidando da sua limpeza, das plantas e dos animais. É também no quintal que se fazem pequenos investimentos na construção de “puleiros” para galinhas, de “giraís” para cultivar os temperos que são suspensos para serem protegidos das galinhas, de cercar as hortas onde se cultiva todo o tipo de ervas medicinais, verduras e legumes. Nos quintais que se plantam variedades de abóbora, de maxixe, de quiabo aproveitando as covas de frutas molhadas pelo trabalho das gentes. No período das chuvas, as plantações se estendem um pouco mais, em continuação aos quintais, nas áreas de roça, são plantadas as sementes de milho, de feijão de arranca, de abóbora, de mandioca, de maxixe e de outras variedades.

O animal de transporte, algumas poucas cabeças de gado de leite e bezerros são criados fechados nas áreas do fundo, aproveitando o capim cultivado em antigos terrenos de roças e também a vegetação nativa dos “encapoeirados”. As mangas são separadas do quintal por cercas onde ficam as vacas e os bezerros que existem, somente, onde há crianças pequenas.

Entre as casas e o rio tem-se o *alagadiço*, terras baixas que acumulam água com facilidade no período de chuva e são utilizados, prioritariamente, para a plantação de arroz. Entre o *alagadiço* e o rio tem-se a beira do rio formada pelo *alto* que é mais elevado e arenoso e a *vazante* que recebe a lama trazida pela enchente. Na beira do rio os plantios são realizados no período da seca numa dinâmica semelhante àquela dos plantios de *vazantes* das ilhas. Nessas áreas plantam-se misturadas diferentes sementes escolhidas pelo tipo de sedimento depositado pelo rio. O plantio nas *vazantes* é sempre um risco.

A beira do rio é muito valorizada em função da variedade de alimentos que propicia à família. No caso da comunidade de Várzea da Manga a faixa que a comunidade possui de beira de rio é muito pequena em relação ao número de famílias que aí vivem. No entanto, no passado, já foram muito mais numerosas. Mas, em relação a sua ocupação atual os moradores informam que “cada pedacinho tem o dono, cada qual no seu pedacinho trabalhando de acordo”. Ou seja, a beira do rio é toda ocupada, sendo subdividida em pequenos *direitos* afirmados a partir do

trabalho. Além disso, o direito de acesso ao terreno de *vazante* se mantém mesmo que o morador se abstenha de plantar por algum motivo, embora o terreno na ausência do dono, nunca deixe de ser cultivado. Ele, então, é cedido para algum parente ou compadre que cultiva neste período de abstenção do dono. Assim, novas combinações entre parentes são sempre necessárias e são realizadas a partir das possibilidades e necessidades postas pelas famílias, o que se dá em consonância com a hierarquia do grupo transmitida e reafirmada pelos mais velhos.

Da mesma forma, os terrenos de roça são acessíveis a todas as famílias e são afirmados a partir do trabalho o que não significa que todos tenham, a princípio, *direitos* iguais. Isso porque os *direitos* foram transmitidos entre gerações, de pais para filhos, havendo, em função do casamento entre primos, famílias que ocupam áreas maiores.

(...)

As comunidades do Saco, Lapinha e Várzea da Manga que compõem o Quilombo da Lapinha sobreviveram à completa expropriação mantendo parte do território como terra indivisa, o que dificultou e em alguns casos impediu a sua usurpação. As *terras em comum* mantidas são pequenas faixas de terra ocupadas por diversos conjuntos de famílias. Como os terrenos são restritos, à medida que as famílias foram crescendo estas precisaram lançar mão de estratégias no sentido de garantir a reprodução social do grupo em consonância com a manutenção da *terra em comum*. Assim, para que alguns herdeiros permanecessem outros tiveram de migrar, ou foram preteridos.

No passado, as terras na região eram cobertas por mata, as famílias trabalhavam abrindo pequenas clareiras onde formavam as roças e viviam nas proximidades das lagoas da Graciana, da Lapinha, do Cajueiro, de Mocambinho onde faziam os cultivos de baixio, pescavam e caçavam. Para os moradores este foi o *tempo de liberdade* uma época em que se podia deslocar sem restrições em busca de produtos extrativos e de terras férteis para trabalhar.

A comunidade de Várzea da Manga, uma comunidade onde todos são parentes é fruto deste processo. Ela se institui com a partida de um herdeiro, que como filho “desertado” saiu em busca um novo lugar para se estabelecer. Seu fundador, por fim, conseguiu comprar uma pequena parcela de dez alqueires. Um terreno de aproximadamente duzentos metros de largura na beira do São Francisco, por dois mil metros de

comprimento, onde vivem hoje seus descendentes, da terceira à sexta geração.

(...)

As famílias que permanecem nas *terras em comum* se ressentem do esvaziamento dos lugares e do distanciamento à que são submetidas em relação aos parentes que passaram a viver longe, em *terra alheia*, mas foi desta forma que o patrimônio familiar se manteve.

Por outro lado, observa-se que a migração tem oportunizado a alguns integrantes do grupo vivências em outros contextos, contatam outras realidades sociais, mas que vivenciam a opção pelo retorno ao território de origem. Esses informam que durante os anos que permaneceram *fora* mantiveram vínculos afetivos com o território e que mesmo quando estavam distantes permaneceram ligados simbolicamente à beira do rio São Francisco, como se os lugares existissem dentro deles. Alguns regressaram, pois com o intuito de restabelecer laços, buscaram se inserir politicamente como representantes da comunidade na vida municipal, regional, estadual e nacional, além de passarem a contribuir para a manutenção dos lugares e do modo de vida a eles associado.

No texto construído sobre a resistência cotidiana nas *ilhas* e na *terra firme* coloquei o enfoque nas sociodinâmicas ambientais desenvolvidas pelas famílias do Quilombo da Lapinha. Analisei as práticas culturais e as práticas econômicas costumeiras que formam padrões de interação dos grupos entre si e com a natureza e que vinculam os moradores a diferentes lugares dentro do território coletivo. Por um lado, estas práticas viabilizam a reprodução material, social e simbólica dos grupos, mas por outro as práticas e a apropriação destes lugares envolvem relações de disputa e de poder que colocam em cena segmentos hegemônicos e seus interesses.

A ilha é lugar buscado pelas famílias *fracas* completamente expropriadas em relação à terra firme. No passado o acesso à ilha se deu pelo simples apossamento e hoje, porém, ela se encontra completamente ocupada. O acesso, atualmente, é regulado pelos vínculos sociais estabelecidos entre os membros, seja por meio de herança, por meio de compra ou pela cessão de direitos. Neste caso, a cessão de direito se caracteriza por repartição de bens entre parentes, compadres e vizinhos e envolve as categorias *terra dada* e terra de favor. Já a *compra de direito* apresenta-se como a principal forma de

acesso à terra por parte dos *fracos chegantes*, que buscam na ilha um lugar para se fixar. **ELISA:**

Os diferentes espaços da ilha são categorizados e utilizados pelos *vazanteiros* de acordo com suas possibilidades e potencialidades, o que envolve um conhecer sobre os ambientes e sobre os materiais depositados. Os *vazanteiros* desenvolvem a leitura sobre as interações de espaço e de tempo que se expressam de maneira diferenciada a cada novo ciclo de cheia e *vazante* comandado pelo rio quando olha e reconhece os ambientes e os materiais aí depositados.

Na *terra em comum* os parentes compartilham entre si um cotidiano de muita proximidade, onde as áreas de cada família se encontram internalizadas. No mesmo espaço há compartilhamento, mas há, também, reconhecimento em relação à existência de espaços que pertencem às famílias vizinhas, principalmente aqueles ocupados com as casas com seus cultivos de quintais e de roças.

Os espaços em comum são principalmente as *terras de vazante* e as *terras altas* onde são plantadas as roças do período chuvoso e onde se encontram os quintais. Os quintais e as casas são cuidados de maneira individualizada, porém estes são também espaços de compartilhamento, de vivências dos grupos. As cercas separam, principalmente, criações e áreas de roçados e nem sempre os espaços familiares são cercados, mesmo assim se reconhece limites entre vizinhos e os *direitos* de ocupação. A hierarquia entre as famílias é informada pelos mais velhos e reafirmada pelo respeito aos *direitos* adquiridos, principalmente, aquele derivado do casamento entre *primos carnais*.

Para finalizar informo, com base no texto apresentado, que a natureza só pode ser compreendida a partir de uma leitura das relações sociais situadas num determinado contexto. Portanto, as sociodinâmicas ambientais dos grupos aqui apresentados ganham entendimento a partir do processo de significação que os sujeitos, quilombola *vazanteiros* atribuem à sua relação com a natureza ao longo dos tempos e dos espaços. Assim, assumem relevância as expropriações que incidem sobre eles, grupos subalternos da beira do São Francisco, e criam contingências ao seu modo de vida. **ELISA:** (*todos os grifos são da autora*).

A comunidade de Cabeceira de Forquilha, a exemplo das comunidades estudadas por Costa (2005) e Jacinto (1998), constitui o seu sistema de

produção a partir da apropriação diferenciada do território familiar, isto é, da utilização de unidades eco-geográficas diversas, a saber, as veredas, as chapadas e as matas.

*Aqui, o senhor vê o senhor sabe, a gente vive é do plantio ai no brejo, das retiradas que cada um faz na mata ou na vargem e da pouca criação, se vem um e prejudica, fica mais difícil, ainda mais quando a gente é fraco. (Trecho retirado da conversa com Seu Joaquim, no dia 17/07/08 quando conversávamos sobre o impacto das causados pela carvoeira e pelas firmas de eucalipto)*

(...)

Há que considerar que a agricultura praticada por essa população tradicional se diferencia das demais, em dois aspectos, primeiro em termos de apropriação territorial e segundo em decorrência dos ciclos climáticos. Nos brejos ou veredas, é feito um manejo, que devido às técnicas tradicionais pouco afeta a dinâmica do lugar. Esse espaço, por se tratar de uma terra muito fértil e devido ao manejo, é a unidade eco-geográfica onde mais se produz, sendo pouco afetado pela irregularidade das chuvas. **LUIZ GUILHERME:**

*No brejo, a gente planta arroz, planta feijão, os milhos, se plantados lá, ficam maior que um homem (Conversa com Seu Joaquim, no dia 17/07/08).*

Nos brejos, o cultivo mais comum é o do arroz no período chuvoso e o de feijão e milho, em duas safras – março e julho - no período da seca. Nas proximidades das casas, ou terras de alto são plantados pomares, para o consumo familiar ou para a fabricação de doce em pequena escala, mandiocas e hortaliças diversas.

Os produtos agrícolas são beneficiados pela família. Eles se constituem também como momento de reafirmação dos vínculos entre parentes, vizinho e compadres. Em Cabeceira de Forquilha tive a oportunidade de participar de um desses momentos em que a época do plantio é utilizada pelos moradores como tempo de celebração e de reafirmação dos laços de compadrio estabelecidos outrora.

Brandão (1995) ao analisar um mutirão em seus estudos sobre a Partilha da Vida em Catuçaba, afirma que a época do plantio é vivida por esses povos como um veículo de coesão entre os membros da coletividade, assentada nos elementos do dom: dar, receber e retribuir. Esta atividade tem como finalidade prioritária a reprodução familiar e coletiva e secundariamente a comercialização dos excedentes. O principal produto beneficiado é a mandioca que é processada na “casa de farinha”. Apesar de não ser de propriedade comum, o uso da “casa de farinha” é coletivo, propiciando ao proprietário algum ganho no término do beneficiamento. Da mandioca faz-se farinha e goma. Para Dayrell “o beneficiamento da mandioca impõe um vínculo forte com o extrativismo, uma vez que este depende da lenha para a produção da farinha, beiju. Há algum beneficiamento do milho para a produção de farinha de milho, mas este cultivo é, principalmente, vinculado à criação de animais, principalmente de aves” (2002, 12).

Luiz Guilherme: *E como é que planta no brejo?*

Seu Manoel: *Primeiro tem que esgotar o brejo, roça o brejo, depois do brejo roçado, é queimado, ai planta. Antes a gente plantava é de soquete... você faz um furo no pau e vai abrindo as covas.*

Luiz Guilherme: *E como é o esgoto?*

Seu Manoel: *O esgoto serve é pra enxugar a terra. Pra esgota o brejo, você abre aquelas valetas aqui no riacho até subi lá em cima. Ai se a terra secar demais você fecha o esgoto e a água sobe e molha a terra. No brejo você planta feijão, planta arroz, planta mandioca, planta milho, quando os buritis estão caindo, você vai pegando pra ir rapando os buritis. É... no brejo planta de tudo. (trecho da conversa com Seu Manoel e Lucílio, no dia 11/10/09). (...)*

As chapadas, geralmente áreas comunais, além de fornecerem produtos do extrativismo veredeiro, são utilizadas em Cabeceira de Forquilha como áreas de pecuária para a criação de bovinos, eqüinos, caprinos e suínos. Esses animais funcionam como reserva de valor a que os sertanejos recorrem em caso de necessidade.

Woortmann (1995) ao contrastar a criação bovina no sítio e na fazenda diz que a presença do gado no sítio tem um significado distinto de sua



presença na fazenda, ou propriedade, pois, nesta última, ele é um fim, enquanto que no sítio ele é um meio. Isto é, na fazenda o gado é destinado ao mercado, enquanto atividade-fim que objetiva o lucro; na fazenda, o gado é pecuária. No sítio o gado é criação, corresponde a uma atividade meio. Seu significado é, basicamente, o de uma reserva de valor; garantia contra os efeitos da seca, à qual ele resiste mais que a lavoura; ou de uma forma de acumulação, ou de poupança, destinada à aquisição de terra, inclusive pra possibilitar a herança.

Luiz Guilherme: *E tem outro lugar, além do brejo que vocês usam também?*

Seu Manoel: *Aqui, também, igual você pode ver a gente usa chapada que tem aqui nas terras nossa, que era de meu pai. Na chapada, a gente planta mandioca nas águas, feijão catador. Quando é no tempo tem muito pequi, quando a gente criava bastante porco, pegava coco tucum. Lá você pega cabeça (panã). Mel é tirado dentro da chapada, é jataí, europa. Quando precisa de algum remédio, alguma raiz, também é na chapada.*

*De primeiro, quando a gente criava carneiro, a gente colocava eles é na chapada, só que criava era na corda.*

Luiz Guilherme: *Como assim na corda?*

Seu Manoel: *você amarra ele e depois vai mudando de lugar. Quando a gente trabalha, que ta tendo roça, é só você pegar ele e amarra no buriti lá, ai você vai mudando ele. Quando era muito, e não tava podendo criar ele na corda, a gente soltava eles pra fora.* (trecho da conversa com Seu Manoel e Lucílio, no dia 11/10/09).

(...)

O extrativismo é a última atividade constituinte do sistema produtivo veredeiro, é desenvolvida em todas as unidades eco-geográficas, mas principalmente, nas veredas e nas chapadas. Como por exemplo, das

veredas são extraídos os buritis<sup>4</sup>, nas chapadas os pequis e cocos, nos pomares próximos das casas as sementes de mamona, e outros. Todos esses produtos oriundos do extrativismo são beneficiados pela família e depois são vendidos como excedentes que contribuem para o sustento da mesma. O beneficiamento dos produtos do extrativismo também é vivenciado como momento de reafirmação dos vínculos entre parentes, vizinhos e compadres.

Do buriti faz-se doce, do pequi, da castanha de coco e das sementes de mamonas são retirados óleos que são vendidos nas cidades próximas: Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas.

O extrativismo junto aos buritis constitui-se em elemento importante para essa população tradicional, pois dele além de se retirar o fruto para alimentação, como doce, ou paçoca, ou farinha, retiram-se folhas que são utilizadas na cobertura da casa *veredeira* ou nas paredes externas, na produção de esteiras, redes, e etc. Há, ainda, a produção de móveis, portas, janelas e produção também de gaiolas e alçapões. Essa produção vinculada ao buriti constitui-se no modelo tradicional *veredeiro* como crucial para a viabilização de uma condição de vida mais confortável para todas as famílias.

Para Dayrell (2002), os usos extrativistas de cada um dos espaços constitutivos do território familiar e coletivo derivam das condições naturais que esses espaços possuem. No carrasco, espaço que parece uma transição de cerrado para caatinga arbustiva, as veredeiras e os veredeiros retiram a lenha, as frutas e as plantas medicinais. No cerrado ou chapada realiza-se a solta do gado, coleta-se frutos, temperos, madeira e plantas medicinais, além, é claro, da caça, que complementa a alimentação familiar. Nas veredas ou brejos são extraídos frutos, folhas e pendões dos buritis.

Em resumo, como procurei evidenciar, o sistema de produção *veredeiro* é resultado dos vínculos estabelecidos entre agricultura, pecuária e o extrativismo, que são desenvolvidos em espaços eco-geográficos diferenciados do território familiar e coletivo, cada uma dessas atividades possuindo um manejo diversificado, mas tendo nas veredas o eixo fundamental para a maximização da produção e viabilização da reprodução familiar em condições dignas de vida. **LUIS GUILHERME:**  
(...)

---

<sup>4</sup> Buriti, palmeira das veredas, é a espécie-símbolo do Grande Sertão, imortalizada desde a obra de Guimarães Rosa.

O segundo processo de territorialização vivenciado pelos moradores da comunidade de Cabeceira de Forquilha vincula-se à instalação das firmas SOBAR e Irmãs Martins nas áreas de chapada próximas à comunidade. Esse período é denominado pelos veredeiros de Cabeceira de Forquilha como o “tempo do eucalipto”.

O “tempo do eucalipto” caracterizou-se pela consolidação de sistemas produtivos intensificados, cuja produção é destinada ao mercado externo. Seus proprietários vieram de outras regiões do país atraídos pela possibilidade de fácil acesso à terra e pela disponibilidade de água da região. A princípio a demanda pela mão de obra dos moradores da região manteve-se em alta. Os moradores da comunidade eram contratados pelas firmas para trabalharem no plantio das mudas de eucalipto. Além da baixa remuneração, outro problema seria a demanda por trabalho temporário sob relações informais de emprego.

*Quando era o tempo de eucalipto, ia todo mundo trabalhar lá, eu mais Marcelina trabalhava de sol a sol, mais como era mulher num tinha direito de ganhar o mesmo que os homens ganhavam não. Nos duas juntas aqui tirávamos uns 3 cruzeiros por semana, era. Naquela época era cruzeiro. Essa era a renda nossa. (trecho da conversa com Dona Santilina, no dia 18/07/08).*

Por outro lado, as estratégias produtivas e reprodutivas dos moradores de Cabeceira de Forquilha passaram a ser redesenhadas, com maior complexidade e maior vulnerabilidade. Neste momento, o acesso aos recursos naturais passam a ser restritos em decorrência do assoreamento de parte dos nascedouros, provocado pela aragem das chapadas para o cultivo de eucalipto.

*Luiz Guilherme: E porque que o senhor acha que o brejo diminuiu seu Manoel?*

*Seu Manoel: É por causa das águas moço, que nem eu tinha te falado, água aqui minava era dentro da casa. Da vez que o povo (Firmas SOBAR e Irmãs Martins) fizeram esse desmatamento aqui pra plantar eucalipto, o brejo tomou de areia, diminuiu muito a*

*água. A água aqui diminuiu não foi devido a limpa do brejo não, foi devido a terra da chapada que desceu pro brejo. (trecho da conversa com Seu Manoel, no dia 11/10/09).*

Enquanto as gentes das veredas mantêm com o ambiente natural uma relação de interdependência, em que os animais, a água e a vegetação estão vinculados aos humanos para sua reprodução, para os empresários a vegetação, os animais e a água são recursos que devem estar submetidos à produção de riqueza e, para tanto, são transformados em matéria produtora de mercadorias.

Posteriormente, a própria natureza contribuiu para minimizar o impacto desse sistema de produção monocultora de eucalipto. De acordo com os dizeres de Seu Márcio, morador da comunidade, *“eles plantavam de dia e de noite as formigas matavam o eucalipto”* (15/07/08). Contudo, o impacto ambiental provocado pelas práticas dos empresários foi tão grande, que atualmente os moradores de Cabeceira de Forquilha ainda sentem a falta da abundância de água, que antigamente *“minava dentro das casas”*.

Outro processo de territorialização vivenciado pelos veredeiros vincula-se à presença de carvoeiras na região próxima ao território da comunidade. É o “tempo do carvão”, cuja extração de madeira também provocou alterações no ambiente local, acarretando o fim de alguns produtos derivados do extrativismo veredeiro.

Segundo Seu Joaquim:

*Antigamente tinha muita abelha, a gente pegava o mel, raiz de pau pra tratar os meninos, agora num tem mais, onde que abelha faz casa? Num tem pau pra elas mais não. Procura pra você vê. Num acha.”* (18/07/08).

E por fim, o último processo de territorialização atualmente vivenciado tem relação com as restrições, impostas pelo IBAMA e IEF aos veredeiros no exercício das formas tradicionais de seus sistemas produtivos, limitando suas possibilidades de reprodução física e social mantidas, até então, autônomas.

Luiz Guilherme: *E do buriti, dá pra fazer o que?*

Lucílio: *Buriti a gente usa é pra muita coisa, faz doce, paçoca, é esteira, é rede... também pra porta, pra janela, gaiola, até pra cama (risos). Usa também pro telhado da casa. Agora eles num deixa é pegar mais.*

Luiz Guilherme: *Quem não deixa?*

Lucílio: *O IBAMA, tem que pegar que nem essas palha seca que cai no chão. Subi mesmo pra cortar pra colocar no telhado da casa num pode não.*

Luiz Guilherme: *E porque que eles num deixam?*

Seu Manoel: *Diz que é pra num mal-trata o buriti. Tem um povo na Vargem Grande que eles multaram. Agora você tem que derrubar só as palhas secas, as que tão madura, pecano. As palhas verdes num é pra tirar mais não.*

Luiz Guilherme: *E o senhor, o que o senhor acha? Mal-trata mesmo?*

Seu Manoel: *Nós não mal-tratamos não moço, nos aqui tiramos e sempre deixamos o olho.*

Lucílio: *o que mal-trata é tira o olho, mas, agente deixa. O que mal-trata é tirar as palhas todas. Se tirar só um pouco das palhas e deixar aquelas do olho num mal-trata não. Aqui tem buriti demais, você tira uma palha aqui, outra acolá. (trecho da conversa com Seu Manoel e Lucilio, no dia 11/10/09).*

Todos esses processos geram restrições ao uso das formas tradicionais de produção, forçando os moradores da comunidade a re-elaborarem seus modos de uso e apropriação do território. Estas novas estratégias têm como objetivo minimizar os impactos provocados por estes processos no sistema de produção tradicional.

Como estratégia de minimizar os impactos causados pelo assoreamento de parte dos nascedouros de água, provocado pelo cultivo de eucalipto nas chapadas, os veredeiros de Cabeceira de Forquilha articularam novas maneiras de se organizarem dentro do seu território. No tempo antigo, as terras de brejo eram utilizadas por todos os membros da comunidade, atualmente ao direto ao plantio no brejo passa a ser daqueles que possuem uma família maior e mais força produtiva. Às famílias pequenas são destinadas as terras de alto, cuja produção é bem menor que produção do brejo.

*Hoje o brejo é muito pequeno, num dá pra todo mundo plantar. De primeiro plantava todo mundo. Agora só os que têm mais necessidade, esses que nem eu (seu*

*Manoel mora sozinho), que a necessidade é pouca planta no alto mesmo. (trecho da conversa com Seu Manoel , no dia 05/02/09)*

Os outros dois processos podem ser analisados a partir de duas dinâmicas; primeiro no que diz respeito à derrubada da madeira pelas carvoeiras, à ausência das raízes e das abelhas, cujos chás e mel eram utilizados na confecção de remédios naturais. Os moradores de Cabeceira de Forquilha tornaram-se muito mais dependentes do auxílio médico em Cônego Marinho ou Januária.

Segundo, os moradores de Cabeceira de Forquilha, ao optarem por mais conforto e para fugirem das multas do IBAMA, encontram-se num processo de modernização de suas residências. Como é o caso de Seu Joaquim, que construiu uma casa com telhado de cerâmica e de Seu Márcio, que recebeu doação de telhas de cerâmica. **LUIS GUILHRME:**  
(...)

Em síntese, desde o primeiro processo territorial, que se caracteriza pelo estabelecimento de relações sociais com os vazanteiros e chapadeiros, é que os veredeiros de Cabeceira de Forquilha se constituem como identidade étnica diferenciadora.

No correr desses processos, cada vez mais as veredas se tornam o eixo fundamental para a maximização da produção e viabilização da reprodução familiar em condições dignas de vida, ou seja, a partir desses processos que a identidade veredeira é reafirmada. É a intensificação da relação dos moradores de Cabeceira de Forquilha com as veredas que nos permite identificá-los como veredeiros.

De acordo com a fala de Seu Manoel é possível notar a evidência de três traços culturais utilizados para distinguir veredeiros, vazanteiros e chapadeiros: primeiro o modo de plantar, que a partir da minha óptica, pode ser entendido como sistema de produção; o segundo elemento evidenciado pelo veredeiro são as casas. Mais precisamente, os materiais com que são construídas as casas. Por fim, Seu Manoel dá ênfase a um ser encantado: o “João do campo”, que se constitui em oposição ao “Caboclo d’água”.

O sistema de produção veredeiro articulava três apropriações diferenciadas do espaço ocupado, tendo no manejo das veredas o eixo crucial do sistema, pois delas depende a reprodução física, cultural e social dessa mesma população. Articulava-se à agricultura veredeira,

como segunda dinâmica de apropriação territorial, à criação de gado solto nas chapadas, denominada regionalmente como “larga” e, por fim, ao extrativismo nas três áreas de apropriação do espaço com suas vegetações de cerrado, como a terceira dinâmica de apropriação.

No que se refere à casa veredeira, Seu Manoel ao argumentar “Num é igual a nossa que é de palha de buriti.” nos possibilita ir além e visualizar mais que a casa veredeira, mas a representação simbólica dos buritis - palmeiras de áreas úmidas – para essa população.

Como evidenciado anteriormente, o extrativismo junto aos buritis constitui-se como um elemento importante para essa população tradicional, pois dele além de se retirar o fruto para alimentação, como doce, ou paçoca, ou farinha, retiram-se folhas para a cobertura da casa *veredeira*, para o telhado ou para as paredes externas, para a produção de esteiras, redes, e etc. Há, ainda, a produção de móveis, portas e janelas e produção também de gaiolas e alçapões. Essa produção vinculada ao buriti constitui-se como crucial para a viabilização de uma condição de vida mais confortável para todas as famílias.

E por fim, um último traço cultural evidenciado pelos veredeiros foi a criação de um “João do campo” que, como vimos, é um “encantado” das matas, um ser benfazejo e brincalhão que tem por função proteger os animais.

(...)

Os veredeiros se vinculam a seres “encantados” com os quais se relacionam através de códigos morais, que devem ser respeitados, pois a quebra desses códigos implica em punições. A forma encontrada por esses veredeiros para usufruírem de recursos das matas e veredas é estabelecendo relações de compadrio com quem “governa” as matas, o que implica no estabelecimento de aliança e reciprocidade. Assim o “João do Campo” é um mito que integra a cosmografia veredeira, e que funciona como regulador e orientador das relações dos membros da comunidade de Cabeceira de Forquilha para com as matas e veredas, impedindo os excessos e transpondo a reciprocidade existente nas relações sociais cotidianas para o plano natural.

(...)

O manejo das áreas de brejos, notadamente, as veredas, a utilização do buriti e a vinculação ao João do Campo propiciaram à população regional do sertão sanfranciscano categorizar à população do extremo

oeste do norte de Minas como *veredeira*, devido serem estas especificidades dessa população no mosaico identitário regional. A agricultura de vereda, o buriti e o João do Campo constituem-se, pois, em Patrimônios das gentes das veredas. **LUIZ GUILHERME:**

## **BIBLIOGRAFIA**

**Almeida, Semíramis Pedrosa de (org)**

Cerrado – espécies vegetais úteis

**1998, EMBRAPA, Planaltina**

**Brandão, Carlos Rodrigues**

Memória-Sertão – cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão

**1998, Cone Sul/Editora da Universidade de Uberaba, São Paulo**

**Ferri, Mário Guimarães**

Espécies do Cerrado – plantas do Brasil

**1969, EDUSP/Editora Edgard Blucher, São Paulo**

**Ministério do Meio Ambiente**

Biodiversidade Brasileira – avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira

2002, MNA, Brasília

**Pinto, M N (org)**

Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas

**1994, SEMATEC, Brasília**

**Silva, José Antônio da (org)**

Frutas nativas dos cerrados

**1994, Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados/EMBRAPA, Brasília**

**Universidade Federal de Goiás/Jornalismo 95**

Cerrado – o que você precisa saber para preservá-lo  
(revista)



**1995, Goiânia, (sem maiores indicações)**

**Grande Sertão: Veredas**

**1970, José Olympio Editora, Rio de Janeiro**

**Correspondência com seu tradutor italiano, Edoardo Bizzarri**

**1981, T. A. Queiroz, editor, ICIB, São Paulo**

**Entrevista dada a Gunter Lorenz**

**1973, Diálogo com a América Latina, Ed. Pedagógica e Universitária, São Paulo**

**Correspondência com Paulo Dantas, in: Sagarana Emotiva**

**1975, Duas Cidades, São Paulo**

**Albergaria, Consuelo,**

**Bruxo na linguagem do Grande Sertão**

**1977, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro**

**Antonio de Castro, Manuel**

**Castro, Nei Leandro**

**Universo e vocabulário do Grande Sertão**

**1970, José Olympio, Rio de Janeiro**

**Galvão, Walnice Nogueira**

**As Formas do Falso**

**1972, Perspectiva, São Paulo**

**Machado, Ana Maria**

**O Recado do Nome**

**1976, Imago, Rio de Janeiro**

**Santos, Paulo de Tarso**

**O Diálogo no Grande Sertão: Veredas**

**1978, HUCITEC, São Paulo**

**Perber, Suzi F.**

**Caos e Cosmos**  
**1976, Duas Cidades, São Paulo**

**Viggiano, Alan**  
**Itinerário de Riobaldo Tatarana**  
**1974, Comunicações, MEC/INI, Belo Horizonte**

**GUIMARÃES ROSA, João. Grande Sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.**

\_\_\_\_. **Manuelzão e Miguilim (Noites do sertão). Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.**

\_\_\_\_. **Sagarana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1984.**